
	<p>PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE SANTO / ESTADO DA BAHIA CNPJ nº 13.698.766/0001-33 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE / FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE CNPJ nº 11.481.390/0001-85</p>	
---	--	---

Processo Administrativo nº 079/2026

Modalidade: Pregão Eletrônico nº 028/2026

Termo de Referência (TR)

1. DA FUNDAMENTAÇÃO E DEFINIÇÃO DO OBJETO

1.1. Do Objeto

1.1.1. Constitui objeto da presente licitação o **Registro de Preços para eventual fornecimento de equipamentos e materiais penso e hospitalar, para atender as demandas das atividades da Atenção Básica, Central de Abastecimento Farmacêutico (CAF), seus setores e suas unidades,** conforme especificações, quantidades e condições estabelecidas no Termo de Referência e demais anexos do edital.



1.2. Da Natureza e da Característica do Objeto

1.2.1. O objeto desta licitação enquadra-se na categoria de **bens comuns**, cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado, nos termos do artigo 6º, inciso XIII, da Lei nº 14.133/2021.

1.2.2. O objeto desta licitação é caracterizado como **fornecimento contínuo**, nos termos do artigo 6º, inciso XV, da Lei nº 14.133/2021, uma vez que o objeto informado é essencial para a manutenção permanente das atividades da Secretaria Municipal.

1.2.3. O objeto desta contratação caracteriza-se como **bens divisíveis**, ou seja, bens que podem ser fornecidos em quantidades e especificações diferentes, sem comprometer a funcionalidade ou qualidade.

1.3. Da Divisibilidade e Parcelamento do Objeto

	<p align="center"> PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE SANTO / ESTADO DA BAHIA CNPJ nº 13.698.766/0001-33 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE / FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE CNPJ nº 11.481.390/0001-85 </p>	
---	---	---

1.3.1. A divisibilidade do objeto refere-se à possibilidade de fracionamento da contratação em parcelas menores, permitindo que a administração pública realize contratações parceladas conforme suas necessidades específicas. O objeto da presente contratação é plenamente divisível, permitindo que a administração pública realize fornecimentos parcelados conforme suas necessidades específicas.

1.3.2. A divisão do objeto em lotes é procedimento recomendado e justificado pela legislação, jurisprudência e doutrina, permitindo equilibrar os valores essenciais: Eficiência Administrativa; Favorecimento da Competitividade; Economicidade; Segurança de Fornecimento.

1.3.3. O objeto será dividido em lotes conforme planilha informada nesse Termo de Referência e/ou em anexo a este Termo de Referência.

1.3.4. A divisão do objeto em lotes mostra-se técnica e administrativamente adequada porque os itens dessa licitação, embora divisíveis, possuem agrupamentos naturais decorrentes de sua finalidade, aplicação, exigências e logística de fornecimento.



1.3.5. A licitação por lotes permite que itens semelhantes sejam reunidos de forma racional, preservando a competitividade sem comprometer a gestão da contratação.

1.3.6. A adoção dessa modelagem justifica-se especialmente pelos seguintes fundamentos: Correlação entre os itens; Eficiência logística; Padronização mínima; Gestão da Ata de Registro de Preços; Economia de escala; Fiscalização mais eficiente; Segurança sanitária; Competitividade proporcional.

1.4. **Da Vigência do Objeto**

1.4.1. O prazo de **vigência para a Ata de Registro de Preços (ARP)** será de **12 (doze) meses**, contado a partir da data da sua assinatura, podendo ser prorrogada por igual período, desde que comprovada a manutenção da vantajosidade, nos termos do artigo 84 da Lei 14.133/2021.

1.4.2. O prazo de **vigência para eventuais contratos derivados desse processo licitatório**, poderá variar de acordo com as necessidades, conforme os termos dos artigos 105 ao 114 da Lei 14.133/2021. Em razão dessa natureza, de fornecimento contínuo, os contratos ou instrumentos equivalentes derivados do Processos Administrativos ou da Ata de Registro de Preços, poderão ter sua vigência prorrogada sucessivamente, respeitando o prazo máximo previsto em Lei, observadas as condições de vantajosidade e previstas nos artigos 106 e 107 da referida Lei, visando a eficiência administrativa e a continuidade do serviço público.

	<p>PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE SANTO / ESTADO DA BAHIA CNPJ nº 13.698.766/0001-33 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE / FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE CNPJ nº 11.481.390/0001-85</p>	
---	--	---

1.4.3. A execução do objeto licitado deverá ser de acordo com as condições estabelecidas neste Termo de Referência, no Edital e seus Anexos, como também na Ata de Registro de Preços, contrato ou documento equivalente.

1.4.4. A Ata de Registro de Preços, contrato ou documento equivalente, oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência.

2. DA ESPECIFICAÇÕES DETALHADA E ESTIMADA DE QUANTIDADES

2.1. O fornecimento do objeto deverá observar rigorosamente as especificações técnicas, quantidades e valores estimados constantes no Anexo I – Planilha de Itens, conforme tabela abaixo:



Anexo I – Planilha de Itens

3. DA JUSTIFICATIVA, NECESSIDADE E FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

3.1. A presente contratação tem por finalidade assegurar o regular abastecimento das unidades vinculadas à Secretaria Municipal de Saúde do Município de Monte Santo – Bahia, compreendendo a Atenção Básica, a Central de Abastecimento Farmacêutico (CAF), seus setores administrativos e operacionais, bem como todas as unidades de saúde sob sua gestão, mediante o fornecimento de equipamentos, materiais penso e materiais médico-hospitalares indispensáveis ao desenvolvimento das ações e serviços públicos de saúde.

3.2. A aquisição dos materiais e equipamentos objeto deste Termo de Referência constitui medida essencial para garantir a continuidade, eficiência, qualidade e segurança dos atendimentos prestados à população usuária do Sistema Único de Saúde – SUS, evitando desabastecimentos que possam comprometer procedimentos assistenciais, atendimentos ambulatoriais, ações preventivas, curativas e demais atividades desenvolvidas pela rede municipal de saúde.

3.3. Os materiais penso e hospitalares são insumos de utilização contínua e indispensável para a realização de curativos, procedimentos clínicos, atendimentos de enfermagem, assistência médica, atendimentos odontológicos, campanhas de saúde pública, imunização, ações de vigilância em saúde e demais serviços ofertados pelas unidades municipais.

	<p>PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE SANTO / ESTADO DA BAHIA CNPJ nº 13.698.766/0001-33 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE / FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE CNPJ nº 11.481.390/0001-85</p>	
---	--	---

3.4. Da mesma forma, os equipamentos hospitalares e assistenciais possuem papel fundamental para garantir melhores condições de atendimento, diagnóstico, acompanhamento clínico e suporte às atividades desenvolvidas pelos profissionais da saúde, contribuindo diretamente para a melhoria da qualidade dos serviços prestados à população.

3.5. A ausência ou insuficiência desses materiais e equipamentos pode comprometer significativamente a execução das políticas públicas de saúde, ocasionando prejuízos ao atendimento dos usuários, riscos à continuidade dos serviços essenciais e potencial afronta aos princípios constitucionais da eficiência, continuidade do serviço público e proteção à saúde.

3.6. A contratação pretende atender, entre outras necessidades:



- a) Reposição de materiais;
- b) Fornecimento de equipamentos e aparelhamentos necessários às rotinas;
- c) Manutenção da capacidade operacional;
- d) Substituição ou complementação de equipamentos e materiais insuficientes, obsoletos ou desgastados;
- e) Prevenção de desabastecimento;
- f) Melhoria da qualidade, segurança e eficiência dos serviços;
- g) Atendimento das demandas ordinárias e extraordinárias da Secretaria Municipal.

3.7. A ausência da contratação poderá ocasionar prejuízos relevantes ao serviço público de saúde, especialmente pela possibilidade de descontinuidade de atendimentos, atraso em procedimentos, limitação operacional de setores hospitalares e risco à segurança dos pacientes.

3.8. A ausência desses itens comprometeria gravemente a execução de políticas públicas essenciais, expondo a Administração ao risco de descontinuidade de serviços vitais e ao descumprimento de normas constitucionais e infraconstitucionais.

3.9. Assim, a contratação proposta configura-se essencial, planejada e vantajosa, promovendo melhoria da eficiência administrativa, otimização de recursos públicos e aprimoramento da prestação dos serviços públicos essenciais no Município de Monte Santo – Bahia.

4. DOS PARÂMETROS DA LICITAÇÃO

	<p align="center"> PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE SANTO / ESTADO DA BAHIA CNPJ nº 13.698.766/0001-33 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE / FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE CNPJ nº 11.481.390/0001-85 </p>	
---	---	---

4.1. A presente contratação será processada na modalidade **Pregão Eletrônico**, sob o **Sistema de Registro de Preços**, com critério de julgamento pelo **menor preço global por lote**, modo de disputa **aberto e fechado e adoção de inversão de fases**, de modo que a fase de habilitação antecederá a fase de julgamento das propostas.

4.2. A definição dos parâmetros da licitação decorre da natureza do objeto, da necessidade pública identificada, da organização da demanda, da busca pela proposta mais vantajosa, da segurança dos itens e da necessidade de preservar a continuidade dos serviços públicos.

4.3. **Do Pregão Eletrônico**

4.3.1. A modalidade **Pregão Eletrônico** mostra-se adequada, necessária e juridicamente compatível com o objeto, considerando que os bens pretendidos possuem natureza comum e podem ser objetivamente especificados pela Administração.

4.3.2. A forma eletrônica amplia a competitividade, favorece a participação de fornecedores de diferentes localidades, fortalece a transparência, reduz custos administrativos e permite julgamento objetivo das propostas.

4.3.3. A adoção do Pregão Eletrônico atende aos princípios da: publicidade; isonomia; competitividade; economicidade; eficiência; julgamento objetivo; transparência; seleção da proposta mais vantajosa.



4.4. **Do Critério de Julgamento: Menor Preço Global por Lote**

4.4.1. O critério de julgamento adotado será o de **menor preço global por lote**, considerando a divisão do objeto em lotes tecnicamente estruturados, formados por itens correlatos, compatíveis entre si e vinculados a finalidades semelhantes.

4.4.2. A adoção do menor preço global por lote busca compatibilizar a competitividade com a eficiência da gestão da Ata de Registro de Preços, evitando tanto o agrupamento excessivo quanto a fragmentação extrema do objeto.

4.5. **Do Sistema de Registro de Preços**

4.5.1. Será adotado o **Sistema de Registro de Preço**, tendo em vista que a contratação possui natureza eventual, futura, parcelada e sob demanda.

	<p>PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE SANTO / ESTADO DA BAHIA CNPJ nº 13.698.766/0001-33 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE / FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE CNPJ nº 11.481.390/0001-85</p>	
---	--	---

4.5.1.1. O Sistema de Registro de Preços encontra fundamento nos artigos 82 a 86 da Lei nº 14.133/2021 e no Decreto Federal nº 11.462/2023, que regulamenta o SRP no âmbito federal e serve como referência de boas práticas para os demais entes federativos, quando compatível com a regulamentação local.

4.5.1.2. A adoção do Sistema de Registro de Preços justifica-se porque a demanda é variável, sendo assim o fornecimento poderá ocorrer de forma parcelada, evitando aquisição excessiva e reduzindo o risco de vencimento ou armazenamento inadequado. Dessa forma preserva-se o planejamento financeiro e orçamentário.

4.6. **Do Modo de Disputa Aberto e Fechado**

4.6.1. Será adotado o **modo de disputa aberto e fechado**, por se tratar de sistemática adequada à obtenção de propostas mais competitivas, permitindo fase inicial de lances públicos e sucessivos, seguida de etapa final fechada, conforme regras definidas no edital e na plataforma eletrônica.

4.6.2. O modo aberto e fechado busca conciliar transparência, competitividade e estratégia de melhor oferta final, proporcionando à Administração melhores condições para selecionar a proposta mais vantajosa.



4.6.3. O procedimento será processado na plataforma eletrônica indicada no edital, observando-se as regras operacionais do sistema, as disposições da Lei nº 14.133/2021 e os princípios do julgamento objetivo, publicidade, transparência, isonomia e competitividade.

4.7. **Da Inversão de Fases**

4.7.1. Será adotada a **inversão de fases**, de modo que a fase de **habilitação antecederá a fase de julgamento das propostas**.

4.7.2. Inicialmente serão analisados os documentos de habilitação dos licitantes, verificando-se sua regularidade jurídica, fiscal, trabalhista, econômico-financeira, técnica e outras complementares e essenciais, quando aplicável. Somente os licitantes habilitados prosseguirão para a fase de análise das propostas e participação na disputa.

4.7.3. A inversão de fases encontra fundamento na Lei nº 14.133/2021, que admite a alteração da sequência ordinária das fases mediante justificativa expressa na fase preparatória. A Lei nº 14.133/2021 prevê a possibilidade de inversão de fases, desde que devidamente justificada, e disciplina o procedimento licitatório com observância ao planejamento e ao interesse público.

	<p align="center"> PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE SANTO / ESTADO DA BAHIA CNPJ nº 13.698.766/0001-33 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE / FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE CNPJ nº 11.481.390/0001-85 </p>	
---	---	---

4.7.4. A adoção da inversão de fases decorre da necessidade de prévia verificação da **regularidade sanitária, técnica e operacional dos licitantes**, considerando que a contratação envolve **produtos destinados diretamente à assistência hospitalar**, cuja eventual participação de fornecedores **sem aptidão técnica poderá comprometer a continuidade dos serviços de saúde e gerar riscos à integridade física dos pacientes**, caracterizando situação excepcional apta a justificar a medida prevista no artigo 17, §1º, da Lei nº 14.133/2021.

4.7.5. No presente caso, a inversão justifica-se pela natureza sensível do objeto, **vinculado à saúde pública e ao fornecimento de equipamentos, aparelhamentos cirúrgicos e materiais hospitalares**, os quais exigem fornecedores previamente aptos, regulares e capazes de atender às exigências sanitárias, técnicas e documentais.

4.7.6. A inversão de fases visa:

- a) Mitigar o risco de participação de empresas sem regularidade técnica;
- b) Evitar disputa de preços por licitantes sem capacidade efetiva de fornecimento;
- c) Garantir que a fase competitiva seja realizada apenas entre licitantes habilitados;
- d) Preservar a seriedade da disputa e a confiabilidade do futuro fornecimento.



4.8. **Do Tratamento Diferenciado às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte**

4.8.1. Será observado o tratamento diferenciado e favorecido às **Microempresas – ME e Empresas de Pequeno Porte – EPP**, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, alterada pela Lei Complementar nº 147/2014.

4.8.2. Quando o valor referencial do lote for de até **R\$ 80.000,00 (Oitenta Mil Reais)**, será avaliada a aplicação de participação exclusiva para ME/EPP, conforme artigo 48, inciso I, da Lei Complementar nº 123/2006, salvo hipóteses legais de afastamento devidamente justificadas.

4.8.3. O tratamento favorecido não poderá comprometer a contratação mais vantajosa, a qualidade dos produtos, a regularidade do fornecimento ou o interesse público.

4.9. **Da Não Exigência de Vistoria Prévia**

	<p>PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE SANTO / ESTADO DA BAHIA CNPJ nº 13.698.766/0001-33 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE / FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE CNPJ nº 11.481.390/0001-85</p>	
---	--	---

4.9.1. Não será exigida **vistoria prévia** ou **visita técnica**, considerando que o objeto consiste em fornecimento de itens cujas especificações serão objetivamente descritas no Termo de Referência, planilhas e anexos do edital.

4.9.2. Não há necessidade de avaliação física prévia de local, os bens possuem especificações técnicas previamente definidas e a exigência poderia restringir indevidamente a competitividade.

4.10. **Da Licitação por Lotes e do Agrupamento dos Itens**

4.10.1. A licitação será estruturada por **lotes**, com julgamento pelo **menor preço global por lote**, sendo necessário o agrupamento dos itens de acordo com sua natureza, finalidade, compatibilidade técnica, aplicação hospitalar, regime sanitário, cadeia de fornecimento ou lógica operacional.



4.10.2. A divisão em lotes visa equilibrar competitividade e eficiência administrativa, permitindo a participação de fornecedores especializados em grupos de itens correlatos, sem gerar fragmentação excessiva da Ata de Registro de Preços.

4.11. Diante do exposto, os parâmetros da presente licitação foram definidos de forma técnica, motivada e juridicamente adequada à natureza do objeto, assegurando o equilíbrio entre competitividade, segurança, eficiência administrativa, economicidade, transparência e interesse público.

4.12. A adoção do **Pregão Eletrônico**, do **Sistema de Registro de Preços**, do critério de **menor preço global por lote**, do modo de disputa **aberto e fechado**, da **inversão de fases**, do tratamento diferenciado às ME/EPP quando cabível e da estruturação por lotes revela-se compatível com a Lei nº 14.133/2021, com a Lei Complementar nº 123/2006 e com as boas práticas de governança pública.

5. **DO AMPARO LEGAL E DAS NORMAS REGENTES DA CONTRATAÇÃO**

5.1. Sob o aspecto legal, a presente contratação será regida pela Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, pela Lei Complementar nº 123/2006, alterada pelas Leis Complementares nº 128/2008 e nº 147/2014, pelos regulamentos federais e municipais aplicáveis e pelas demais normas correlatas pertinentes ao objeto, sobre a obrigação da Administração Pública de promover contratações eficientes, vantajosas e que assegurem a continuidade do interesse público.

	<p>PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE SANTO / ESTADO DA BAHIA CNPJ nº 13.698.766/0001-33 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE / FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE CNPJ nº 11.481.390/0001-85</p>	
---	--	---

5.2. A contratação deverá observar, de forma integrada, os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, interesse público, probidade administrativa, igualdade, planejamento, transparência, eficácia, segregação de funções, motivação, vinculação ao edital, julgamento objetivo, segurança jurídica, razoabilidade, competitividade, proporcionalidade, celeridade, economicidade e desenvolvimento nacional sustentável, expressamente previstos ou decorrentes do regime jurídico das contratações públicas.

5.3. A Lei Federal nº 14.133/2021 constitui a norma geral regente da presente contratação, aplicando-se a todas as fases do procedimento, desde o planejamento, elaboração do Termo de Referência, publicação do edital, condução da sessão pública, julgamento, habilitação, adjudicação, homologação, formalização da Ata de Registro de Preços, contratação, execução, fiscalização e eventual aplicação de sanções.

5.4. A Lei nº 14.133/2021 disciplina o Sistema de Registro de Preços nos artigos 82 a 86, e o Decreto Federal nº 11.462/2023 regulamenta esses dispositivos no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional, servindo como parâmetro de boas práticas aos demais entes federativos, quando compatível com a regulamentação local.



5.5. Será observado o tratamento diferenciado e favorecido conferido às Microempresas – ME, Empresas de Pequeno Porte – EPP e equiparadas, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, alterada pelas Leis Complementares nº 128/2008 e nº 147/2014.

6. DA SUSTENTABILIDADE

6.1. A presente contratação observará critérios de sustentabilidade ambiental, social, econômica e de governança, compatíveis com a natureza do objeto, sem prejuízo da competitividade, da economicidade, da segurança sanitária, da qualidade dos produtos e da eficiência do fornecimento.

6.2. A sustentabilidade da contratação encontra fundamento na Lei Federal nº 14.133/2021, especialmente no artigo 5º, que inclui o desenvolvimento nacional sustentável entre os princípios das licitações e contratações públicas, e no artigo 11, inciso IV, que estabelece como objetivo do processo licitatório incentivar a inovação e o desenvolvimento nacional sustentável.



6.3. A aplicação dos critérios sustentáveis deverá ser compatível com o objeto e não poderá criar restrição indevida à competitividade ou exigência desproporcional ao mercado fornecedor.

	<p>PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE SANTO / ESTADO DA BAHIA CNPJ nº 13.698.766/0001-33 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE / FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE CNPJ nº 11.481.390/0001-85</p>	
---	--	---

- 6.4. A adoção do Sistema de Registro de Preços contribui para a sustentabilidade da contratação, pois permite aquisição sob demanda, conforme a efetiva necessidade da Administração, evitando compras excessivas, desperdício, armazenamento inadequado e perda de validade.
- 6.5. A contratada deverá observar práticas sustentáveis durante o fornecimento.
- 6.6. A contratada deverá observar a legislação aplicável quanto ao acondicionamento, transporte, descarte, logística reversa e destinação ambientalmente adequada de embalagens, resíduos ou componentes decorrentes do fornecimento, quando aplicável.
- 6.7. A contratada deverá fornecer produtos com validade compatível com as exigências do edital e do Termo de Referência, de forma a evitar perdas, vencimentos prematuros e desperdício de recursos públicos.

7. DA DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

- 7.1. A solução proposta fundamenta-se na necessidade operacional comprovada, que requer fornecimento parcelado e contínuo dos itens informados para manutenção de suas atividades. Trata-se de demanda inerentemente contínua e imprescindível, cuja satisfação não pode ser interrompida sob pena de comprometimento.
- 7.2. A solução integrada compreende componentes principais, organizados em lotes específicos conforme critério de menor preço por lote, garantindo máxima competitividade e melhor relação custo-benefício.
- 7.3. A solução proposta garante conformidade plena com normas técnicas, regulamentares e de segurança aplicáveis.
- 7.4. A solução proposta garante viabilidade operacional e sustentabilidade do fornecimento contínuo dos itens.
- 7.5. A solução foi concebida considerando todo o ciclo de vida do objeto, desde a fase de planejamento até o recebimento definitivo, utilização, garantia, eventual assistência técnica e descarte ou substituição quando aplicável.
- 7.6. A solução escolhida revela-se tecnicamente adequada, juridicamente fundamentada e administrativamente vantajosa, pois permite ao Município de Monte Santo – Bahia registrar preços para futura aquisição, conforme a necessidade real.

	<p align="center"> PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE SANTO / ESTADO DA BAHIA CNPJ nº 13.698.766/0001-33 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE / FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE CNPJ nº 11.481.390/0001-85 </p>	
---	---	---

7.7. A adoção do Pregão Eletrônico, do Sistema de Registro de Preços, da divisão por lotes, do modo de disputa aberto e fechado, da inversão de fases, do fornecimento parcelado e sob demanda, dos controles sanitários e dos mecanismos de recebimento e fiscalização assegura solução integrada, eficiente, econômica, transparente e compatível com o interesse público.

7.8. Dessa forma, a descrição da solução como um todo demonstra que a contratação foi planejada considerando o ciclo de vida do objeto, os riscos de execução, a continuidade dos serviços, a economicidade, a governança e a conformidade com a Lei nº 14.133/2021.

8. DA APRESENTAÇÃO DE AMOSTRAS

8.1. A exigência de amostras é um instrumento de controle de qualidade previsto no artigo 41, inciso II, da Lei nº 14.133/2021.

8.2. A Administração Municipal reserva-se o direito de solicitar a apresentação de amostras dos itens ofertados pelo licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar, após a fase de lances.

8.3. O licitante notificado deverá apresentar a amostra no local e horário indicados pela Administração em até **03 (três) dias úteis** a contar da notificação.

8.4. A análise da amostra será realizada pela equipe designada, que emitirá Parecer Técnico Conclusivo sobre a aceitabilidade ou não do produto.



8.5. A reprovação da amostra implicará a desclassificação da proposta do licitante para o item ou lote em questão, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

8.6. Os custos de produção, envio e análise das amostras correrão integralmente por conta do licitante.

8.7. As amostras poderão ser devolvidas após a conclusão do procedimento, salvo quando consumidas em testes, hipótese em que isso será registrado e justificado.

8.8. A apresentação de amostras não será exigida de forma obrigatória, em observância aos princípios da ampla competitividade, da isonomia, da proporcionalidade e da seleção da proposta mais vantajosa, previstos nos artigos. 5º, 11 e 37 da Lei nº 14.133/2021.

8.9. Contudo, reserva-se à Administração Pública o direito de solicitar, de forma excepcional, pontual e devidamente motivada, a apresentação de amostras dos produtos ofertados, somente quando se mostrar tecnicamente necessário para fins de:

	<p align="center"> PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE SANTO / ESTADO DA BAHIA CNPJ nº 13.698.766/0001-33 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE / FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE CNPJ nº 11.481.390/0001-85 </p>	
---	---	---

- a) Verificação da conformidade do produto com as especificações técnicas estabelecidas no Termo de Referência;
- b) Aferição da qualidade, desempenho, compatibilidade, acabamento, funcionalidade ou segurança do bem ofertado;
- c) Esclarecimento de dúvidas técnicas que não possam ser sanadas exclusivamente por meio de catálogos, fichas técnicas, manuais ou documentação apresentada pelo licitante;
- d) Mitigação de riscos relacionados ao fornecimento de produtos inadequados, incompatíveis ou de qualidade inferior ao exigido.

8.10. A eventual solicitação de amostras será realizada exclusivamente após a fase de lances, direcionada somente ao licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar, em estrita observância ao entendimento consolidado dos órgãos de controle, de que a exigência indiscriminada de amostras pode restringir indevidamente a competitividade do certame.

8.11. Ressalte-se que a análise das amostras terá caráter exclusivamente técnico, não se prestando à atribuição de pontuação ou classificação, mas apenas à verificação de atendimento às exigências do objeto, sendo vedada qualquer avaliação subjetiva.



8.12. A não apresentação da amostra, quando formalmente solicitada e dentro do prazo estabelecido, ou a reprovação técnica da amostra, ensejará a desclassificação da proposta, com a consequente convocação do licitante remanescente, observada a ordem de classificação, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

8.13. As amostras eventualmente apresentadas não gerarão qualquer ônus financeiro à Administração, sendo de inteira responsabilidade do licitante os custos relacionados à sua produção, transporte e retirada, não assistindo direito a indenização ou ressarcimento, salvo disposição expressa em sentido contrário.

8.14. Por fim, a previsão ora estabelecida visa assegurar o equilíbrio entre a necessidade de controle de qualidade da contratação e a preservação da competitividade do certame, em consonância com os princípios do planejamento, da eficiência, da economicidade e da governança das contratações públicas.

9. D FORNECIMENTO E DA EXECUÇÃO DO OBJETO

9.1. A execução do objeto ora previsto consistirá no **fornecimento parcelado, eventual, contínuo e conforme demanda**, destinados a suprir de forma eficiente as necessidades operacionais da Secretaria

	<p>PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE SANTO / ESTADO DA BAHIA CNPJ nº 13.698.766/0001-33 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE / FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE CNPJ nº 11.481.390/0001-85</p>	
---	--	---

Municipal, bem como de suas unidades e setores vinculados, durante a vigência da Ata de Registro de Preços e dos instrumentos dela decorrentes.

9.2. Os fornecimentos serão realizados de acordo com as quantidades, especificações técnicas, condições de entrega, critérios de qualidade, prazos, garantias e demais obrigações definidas no Termo de Referência, no edital, na Ata de Registro de Preços, na proposta vencedora e no instrumento contratual ou equivalente.

9.3. A contratada deverá assegurar que todos os bens fornecidos sejam novos, sem uso anterior, originais, íntegros, adequados ao uso, acompanhados da documentação técnica exigida e compatíveis com as normas aplicáveis.

9.4. **Do Regime de Fornecimento**

9.4.1. O fornecimento será mediante solicitação formal da Administração, através da OF (Ordem de Fornecimento), conforme cronograma de consumo e planejamento de estoque das unidades requisitantes.

9.4.2. A entrega será realizada nas unidades indicadas pela Administração Pública, em horário comercial, salvo disposição em contrário mediante convocação específica.

9.4.3. O fornecedor registrado somente estará obrigado a entregar os itens quando regularmente convocado pela Administração, mediante instrumento formal de solicitação.

9.5. **Do Prazo de Entrega e das Condições de Fornecimento**

9.5.1. **Da Entrega Padrão**



a) A entrega padrão é aplicável para materiais de consumo regular e previsível, cuja demanda não apresenta caráter de urgência ou emergência.

b) O prazo de **entrega padrão** será de **10 (dez) dias úteis**, contados a partir do recebimento da ordem de fornecimento. Podendo ser prorrogado por igual período.

9.5.2. **Da Entrega Excepcional**

a) A entrega excepcional é aplicável para materiais de maior complexidade técnica ou que exijam procedimentos especiais de fabricação, importação ou logística.

b) O prazo de **entrega excepcional** será de **20 (vinte) dias úteis**, contados a partir do recebimento da ordem de fornecimento. Podendo ser prorrogado por igual período.

	<p align="center"> PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE SANTO / ESTADO DA BAHIA CNPJ nº 13.698.766/0001-33 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE / FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE CNPJ nº 11.481.390/0001-85 </p>	
---	---	---

9.5.3. Da Entrega de Urgência

- a) A entrega de urgência é aplicável para materiais necessários para continuidade de operações críticas ou situações de emergência que exigem fornecimento imediato.
- b) O prazo de **entrega urgência** será de **05 (cinco) dias úteis**, contados a partir do recebimento da ordem de fornecimento. Podendo ser prorrogado por igual período.
- c) Para que se aplique prazo de urgência, a ordem de fornecimento deve conter: Identificação Clara; Caráter de Urgência; Necessidade Específica; Fundamentação.



9.5.4. As entregas serão realizadas em horários comerciais, preferencialmente entre 08h00min e 18h00min, de segunda a sexta-feira, conforme disponibilidade na Ordem de Fornecimento (OF).

9.5.5. Qualquer prorrogação de prazo de entrega, deverá ser formalmente solicitada pelo fornecedor e expressamente autorizada pela Administração Pública, mediante justificativa técnica e registro no histórico de gerenciamento.

9.6. Obrigações do Fornecedor

9.6.1. O fornecedor registrado obriga-se a:

- a) Fornecer e garantir rigorosamente, que todos os produtos estejam em conformidade as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta apresentada, como também sejam novos, de primeiro uso e estejam em conformidade com as normas técnicas;
- b) Entregar todos os pedidos solicitados em embalagem apropriada que garanta: Integridade, Higiene, Rastreabilidade e Conformidade Normativa;
- c) Os itens devem ser acondicionados em caixas apropriadas, materiais de proteção, identificação e documentação;
- d) Garantir que todos os produtos estejam dentro do prazo de validade, lacrados de fábrica e com etiquetagem adequada conforme normas e legislações correlatas;
- e) Substituir, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, todo e qualquer item entregue em desconformidade, vencido, danificado ou em desacordo com o solicitado;
- f) Assumir integral responsabilidade pela logística de entrega, inclusive custos de transporte e eventuais danos causados por má manipulação;

	<p align="center"> PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE SANTO / ESTADO DA BAHIA CNPJ nº 13.698.766/0001-33 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE / FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE CNPJ nº 11.481.390/0001-85 </p>	
---	---	---

- g) O fornecedor oferecerá garantia mínima de 12 (doze) meses a partir da data de entrega, cobrindo: Defeitos de Fabricação; Defeitos de Material; Defeitos de Funcionamento; Vício Oculto.
- h) Durante o período de garantia, o fornecedor é responsável por: Reparos; Reposição; Assistência Técnica e Custos.
- i) Responder por danos causados aos materiais durante transporte e entrega.

9.7. **Do Recebimento**

9.7.1. O recebimento do objeto observará os procedimentos de conferência de conformidade quantitativa, qualitativa e integridade dos materiais, mediante termo circunstanciado ou ateste na nota fiscal/fatura, com registro de ocorrências, podendo ocorrer:

- a) **Recebimento provisório**, prazo de 05 (cinco) dias úteis da entrega, prazo simples para conferência inicial, quando a natureza do item exigir verificação posterior;
- b) **Recebimento definitivo**, prazo de 10 (dez) dias úteis após o recebimento provisório, prazo para verificação da qualidade e conformidade com as especificações, aceitação final dos materiais e ateste final para fins de pagamento, após verificada a plena conformidade com as especificações do TR, sem prejuízo de garantias legais e contratuais.



9.7.2. Constatadas irregularidades, a Administração poderá recusar o recebimento (total ou parcial), determinando substituição/correção no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, sem ônus adicional.

9.7.3. O recebimento definitivo só ocorrerá após a comprovação da qualidade e adequação dos materiais ao uso a que se destinam, em estrita observância ao princípio da vinculação ao instrumento convocatório e ao artigo 140, § 2º, da Lei nº 14.133/2021.

9.8. **Fiscalização**

9.8.1. A execução do fornecimento será acompanhada e fiscalizada por servidores designados pela Administração, os quais terão a prerrogativa de:

- a) Rejeitar materiais em desacordo com o edital, proposta ou Termo de Referência;
- b) Solicitar substituição de itens;

	<p>PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE SANTO / ESTADO DA BAHIA CNPJ nº 13.698.766/0001-33 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE / FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE CNPJ nº 11.481.390/0001-85</p>	
---	--	---

- c) Registrar ocorrências em termo específico e comunicar formalmente à autoridade competente para adoção de providências administrativas.

10. DA SELEÇÃO DO FORNECEDOR

10.1. A seleção do fornecedor será realizada mediante procedimento de **Licitação**, na modalidade **Pregão**, sob a forma **Eletrônica**, sob o **Sistema de Registro de Preços**, com critério de julgamento pelo **menor preço global por lote**, modo de disputa **aberto e fechado** e adoção de **inversão de fases**, de forma que a fase de habilitação antecederá a fase de análise e julgamento das propostas.

10.2. A seleção deverá observar integralmente a Lei Federal nº 14.133/2021, a Lei Complementar nº 123/2006, o edital, este Termo de Referência e os princípios da legalidade, isonomia, publicidade, eficiência, planejamento, transparência, motivação, julgamento objetivo, vinculação ao instrumento convocatório, segurança jurídica, competitividade, economicidade, razoabilidade, proporcionalidade e seleção da proposta mais vantajosa.



10.3. A escolha do fornecedor não se limitará à análise do menor preço nominal, devendo observar, cumulativamente, a regularidade jurídica, fiscal, trabalhista, econômico-financeira, técnica e outras comprovações essenciais e necessárias do licitante, bem como a conformidade da proposta com as especificações, condições, prazos, garantias e demais exigências previstas no edital e anexos.

10.4. A seleção do fornecedor será realizada exclusivamente por meio da plataforma eletrônica indicada no edital, observando-se as regras operacionais do sistema, o rito procedimental definido no instrumento convocatório e a sequência de fases estabelecida para o certame.

10.5. Em razão da adoção da inversão de fases, será realizada, inicialmente, a análise da habilitação dos licitantes, com a finalidade de verificar se os interessados possuem condições mínimas de contratar com a Administração Pública e fornecer bens hospitalares com segurança, regularidade e conformidade.

10.6. O critério de menor preço por lote constitui modalidade de seleção de fornecedor baseada em comparação objetiva de preços, sendo selecionado fornecedor que apresentar menor preço para cada lote, desde que atenda aos requisitos de habilitação.

11. DA PARTICIPAÇÃO DO CERTAME

	<p>PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE SANTO / ESTADO DA BAHIA CNPJ nº 13.698.766/0001-33 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE / FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE CNPJ nº 11.481.390/0001-85</p>	
---	--	---

11.1. A participação no presente certame observará as disposições da Lei Federal nº 14.133/2021, da Lei Complementar nº 123/2006, alterada pelas Leis Complementares nº 128/2008 e nº 147/2014, das normas aplicáveis, do edital, deste Termo de Referência e demais anexos.

11.2. A disciplina da participação busca assegurar competitividade, isonomia, julgamento objetivo, segurança jurídica, regularidade sanitária, eficiência, economicidade e seleção da proposta mais vantajosa, sem afastar a necessidade de proteção ao interesse público e à regularidade do fornecimento hospitalar.

11.3. A participação estará condicionada ao regular credenciamento do licitante na plataforma eletrônica indicada no edital, bem como ao cumprimento das exigências de habilitação, proposta, qualificação técnica e demais requisitos previstos para o fornecimento do objeto.

11.4. Os licitantes poderão participar de um, alguns ou todos os lotes, desde que atendam às exigências técnicas, documentais e operacionais correspondentes a cada lote. Cada lote será julgado de forma autônoma, pelo critério de menor preço global por lote, observadas as condições do Edital e do Termo de Referência.

11.5. O licitante é responsável pela veracidade e legitimidade das informações e documentos apresentados, sujeitando-se às sanções legais em caso de falsidade.

11.6. A participação neste certame importa ao proponente a irrestrita e irretratável aceitação das condições estabelecidas no TR e no Edital, bem como a observância dos regulamentos, normas administrativas técnicas aplicáveis, inclusive quanto a recursos, e ainda, na aceitação de que deverá fornecer o objeto em perfeitas condições de funcionamento.

11.7. **Poderão Participar do Procedimento Licitatório**



11.7.1. Poderão participar do presente certame os interessados do ramo pertinente ao objeto da licitação que atendam integralmente às condições estabelecidas no edital, neste Termo de Referência, na Lei nº 14.133/2021 e nas demais normas aplicáveis;

11.7.2. Somente poderão participar do presente certame as empresas ou sociedades regularmente estabelecidas no País;

11.7.3. Estejam regularmente constituídas;

11.7.4. Estejam credenciadas na plataforma eletrônica;



11.7.5. Não estejam impedidas de licitar ou contratar com a Administração Pública;

	<p align="center"> PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE SANTO / ESTADO DA BAHIA CNPJ nº 13.698.766/0001-33 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE / FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE CNPJ nº 11.481.390/0001-85 </p>	
---	---	---

- 11.7.6. Demonstrem capacidade de fornecer os bens nas condições, prazos e padrões exigidos;
- 11.7.7. Poderão participar Microempresas – ME, Empresas de Pequeno Porte – EPP e equiparadas, observadas as disposições da Lei Complementar nº 123/2006.

11.8. Não Poderão Participar do Procedimento Licitatório

- 11.8.1. Não poderá participar do certame pessoa jurídica que tenha sofrido condenação definitiva por crime de corrupção;
- 11.8.2. Não poderá participar do certame pessoa jurídica que tenha sofrido condenação definitiva por crime de fraude fiscal;
- 11.8.3. Não poderá participar do certame pessoa jurídica que tenha sofrido condenação definitiva por crime contra administração pública;
- 11.8.4. Não poderá participar do certame pessoa jurídica que tenha sido declarada inidônea;
- 11.8.5. Não poderá participar do certame pessoa jurídica que tenha sido suspensa de licitar e contratar com a Administração Pública;
- 11.8.6. Não poderá participar do certame pessoa jurídica que possua débito fiscal comprovado junto à Receita Federal do Brasil, Secretaria de Fazenda do Estado da Bahia ou Prefeitura Municipal de Monte Santo;
- 11.8.7. Não poderá participar do certame pessoa jurídica que possua débito previdenciário comprovado junto ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) ou Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- 11.8.8. Não poderá participar do certame pessoa jurídica que possua débito trabalhista comprovado junto à Justiça do Trabalho;
- 11.8.9. Não poderá participar do certame pessoa jurídica que esteja inscrita em cadastro de inadimplentes da Administração Pública;
- 11.8.10. Não poderá participar do certame pessoa jurídica que tenha tido contrato rescindido com Administração Pública nos últimos 2 (dois) anos, por: Descumprimento de obrigações; Atraso injustificado; Fornecimento de materiais inadequados; Falta de qualidade; Abandono de contrato;
- 11.8.11. Não poderá participar do certame pessoa jurídica que seja controlada por pessoa jurídica ou física impedida de participar de licitações;

	<p>PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE SANTO / ESTADO DA BAHIA CNPJ nº 13.698.766/0001-33 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE / FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE CNPJ nº 11.481.390/0001-85</p>	
---	--	---

11.8.12. Não poderá participar do certame pessoa jurídica que tenha sido sancionada com impedimento de licitar e contratar ou declaração de inidoneidade, em processo administrativo regular, garantida a ampla defesa, cujos efeitos ainda estejam vigentes;

11.8.13. Não poderá participar do certame pessoa jurídica que tenha apresentado atraso reiterado na entrega ao Município nos últimos 2 (dois) anos;

11.8.14. Não poderá participar do certame pessoa jurídica que se encontrem em processo de falência, recuperação judicial ou extrajudicial, concurso de credores, dissolução ou liquidação;

11.8.15. Não poderá participar do certame pessoa jurídica que desempenhe atividade incompatível com o objeto da licitação;

11.8.16. Não poderá participar do certame pessoa jurídica estrangeira que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

11.8.17. Não poderá participar do certame Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

11.8.18. Não poderá participar do certame pessoas jurídicas reunidas em Consórcio:



a) Considerando a natureza do objeto, a organização por lotes, a existência de mercado fornecedor apto, a ausência de complexidade técnica que exija associação empresarial e a necessidade de simplificação da gestão contratual e da responsabilização pelo fornecimento;

b) A vedação não configura restrição indevida, pois decorre de análise técnica e administrativa compatível com a natureza do objeto.



12. DOS CRITÉRIOS, ACEITAÇÃO E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

12.1. Considerando que o presente certame adotará **inversão de fases**, a **análise das propostas ocorrerá somente em relação aos licitantes previamente habilitados**, nos termos das exigências estabelecidas no edital e neste Termo de Referência.

12.2. O julgamento será realizado pelo critério de **menor preço global por lote**, observada a conformidade da proposta com as especificações técnicas, quantitativas, documentais e comerciais previstas no edital, neste Termo de Referência e nos demais anexos.

	<p>PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE SANTO / ESTADO DA BAHIA CNPJ nº 13.698.766/0001-33 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE / FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE CNPJ nº 11.481.390/0001-85</p>	
---	--	---

- 12.3. Os licitantes deverão apresentar a proposta na forma, no prazo e no local eletrônico definidos no edital e na plataforma utilizada para realização do Pregão Eletrônico.
- 12.4. A proposta deverá ser apresentada em campo próprio da plataforma eletrônica, **separadamente da documentação de habilitação**, sendo vedada a inserção de informações relativas a preços, valores, descontos, proposta comercial, planilhas econômicas ou qualquer elemento identificador da proposta junto aos documentos de habilitação.
- 12.5. A aceitação da proposta no presente Pregão Eletrônico observará os critérios objetivos definidos neste Termo de Referência, no Edital, na Lei Federal nº 14.133/2021.
- 12.6. Será exigida a garantia da proposta, no percentual de 1% (um por cento) do valor estimado da contratação, conforme previsão do edital.
- 12.7. Será exigida apresentação proposta de preço inicial;
- 12.8. O licitante deverá apresentar, juntamente com a proposta, os documentos exigidos no edital para fins de análise da conformidade da proposta.
- 12.9. Encerrada a etapa competitiva e realizada eventual negociação, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentar proposta de preço final realinhada, adequada ao valor final ofertado para o respectivo lote.
- 12.10. Os licitantes considerados arrematantes deverão encaminhar a proposta final no prazo máximo de **02 (duas) horas**, contado da convocação realizada pelo Pregoeiro na plataforma eletrônica, salvo prazo diverso previsto no edital ou decisão fundamentada da Administração.
- 12.11. O não envio da proposta final no prazo estabelecido, sem justificativa aceita pela Administração, poderá ensejar a **desclassificação da proposta**, com convocação do licitante subsequente, observada a ordem de classificação e as regras do edital.
- 12.12. Não será admitida proposta final realinhada que altere a substância do objeto, substitua produto originalmente ofertado sem autorização, majore preços, modifique condições essenciais ou comprometa a isonomia entre os licitantes.
- 12.13. A proposta deverá ser analisada quanto à conformidade com as especificações técnicas, funcionais, quantitativas e documentais previstas no Termo de Referência.

	<p align="center"> PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE SANTO / ESTADO DA BAHIA CNPJ nº 13.698.766/0001-33 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE / FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE CNPJ nº 11.481.390/0001-85 </p>	
---	---	---

12.14. A proposta deverá ser apresentada de forma clara, legível, objetiva, completa e compatível com o Termo de Referência, não sendo admitidas propostas genéricas, condicionais, alternativas, incompletas ou incompatíveis com o objeto.

12.15. Poderá ser exigida amostra do(s) produto(s), quando necessária à verificação da conformidade técnica, qualidade, funcionalidade, acabamento, compatibilidade, resistência, apresentação, embalagem, segurança ou adequação ao uso.

12.16. Não será exigida prova de conceito para o presente objeto, considerando que os produtos poderão ser avaliados por meio das especificações técnicas, catálogos, fichas técnicas, registros, certificados, manuais, amostras quando necessárias e demais documentos previstos no edital.



12.17. Não será exigida carta de solidariedade do fabricante, considerando que tal exigência, quando desnecessária ou desproporcional, pode restringir indevidamente a competitividade e criar barreiras artificiais à participação de fornecedores regularmente aptos.

12.18. A proposta somente será aceita se os preços ofertados forem compatíveis com os valores estimados pela Administração, com os preços praticados no mercado e com a natureza dos produtos.

12.19. A exequibilidade da proposta será analisada de forma objetiva, especialmente quando houver indícios de preço incompatível com o mercado, risco de inadimplimento, valores excessivamente reduzidos, inconsistência entre itens do lote ou dúvida quanto à capacidade de fornecimento.

12.20. Não deverão ser aceitas as propostas que:

- a) Esteja em desacordo com as especificações do Termo de Referência, do Edital, Da Lei Federal nº 14.133/2021 e dos Princípios que regem o procedimento licitatório;
- b) Não contenha informações essenciais;
- c) Apresente preço inexequível;
- d) Apresente preço superior ao estimado sem negociação satisfatória;
- e) Contenha produto incompatível com o uso;
- f) Contenha divergência entre valores unitários e global;
- g) Não apresente proposta final realinhada quando exigida;
- h) Não apresente amostra quando solicitada;
- i) Tenha amostra reprovada por critérios objetivos;

	<p align="center"> PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE SANTO / ESTADO DA BAHIA CNPJ nº 13.698.766/0001-33 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE / FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE CNPJ nº 11.481.390/0001-85 </p>	
---	---	---

- j) Altere substancialmente o objeto após a disputa;
- k) Viole as regras do edital ou da plataforma eletrônica.

12.21. A Administração poderá realizar diligência para esclarecer dúvidas, confirmar informações, verificar autenticidade ou complementar elementos já constantes da proposta, desde que não haja alteração substancial da oferta, substituição indevida do produto, majoração de preço, modificação das condições essenciais ou violação à isonomia.

12.22. A proposta deverá ser apresentada em meio eletrônico, por meio da plataforma indicada no edital, em formato legível, íntegro, completo e apto à verificação pela Administração.

12.23. A proposta deve estar em formato eletrônico, em PDF (Portable Document Format).

12.24. Deve apresentar, os documentos que necessitem de assinatura, com a assinatura digital ou reconhecimento de firma com autenticação digital refere-se ao requisito de que a proposta deve estar assinada de forma que garanta autenticidade e integridade.

12.25. As propostas apresentadas pelos licitantes deverão encontrar-se válidos, vigentes, íntegros e aptos à comprovação da condição exigida no momento da sua apresentação e durante a fase de proposta.



12.25.1. Depois de inseridos no sistema e passado o prazo permitido, nesse termo de referência e no edital, não será permitida inserção de documentos posteriores.

12.26. O Pregoeiro poderá desclassificar a proposta ou mesmo desqualificar a empresa, a qualquer tempo, no caso de conhecimento de fato superveniente ou circunstância desabonadora da empresa ou de seus sócios.

12.27. Após fim do prazo a inserção dos documentos para proposta, não será permitida a substituição ou a apresentação de novas proposta, salvo em sede de diligência.

12.28. O Edital estabelecerá, de forma pormenorizada, os documentos de propostas de preços obrigatórios, os critérios de análise, os procedimentos de diligência, os parâmetros de aceitabilidade, as hipóteses de saneamento formal, as condições de regularização, bem como demais exigências necessárias à adequada seleção da proposta mais vantajosa para a Administração.

12.29. Os licitantes deverão observar integralmente todas as disposições constantes do Edital, do Termo de Referência e dos respectivos anexos, sendo que a apresentação da proposta implicará plena ciência, concordância e submissão às condições estabelecidas no instrumento convocatório.

	<p align="center"> PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE SANTO / ESTADO DA BAHIA CNPJ nº 13.698.766/0001-33 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE / FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE CNPJ nº 11.481.390/0001-85 </p>	
---	---	---

13. DA GARANTIA DA PROPOSTA

13.1. Da Garantia de Participação

13.1.1. Para participar deste **Pregão Eletrônico**, o licitante deverá apresentar Garantia da Proposta no valor correspondente a 1% (um por cento) do valor estimado da contratação, conforme previsão do edital.

13.1.2. A comprovação da prestação da Garantia da Proposta deverá ser anexada à proposta inicial do licitante, no sistema eletrônico, sob pena de desclassificação imediata da proposta e exclusão do certame, por descumprimento de requisito editalício.



13.1.3. A não apresentação da garantia da proposta, a apresentação em valor inferior ao exigido, fora do prazo ou em desacordo com as condições estabelecidas neste Termo de Referência e no edital implicará desclassificação imediata da proposta, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

13.1.4. A garantia de participação deverá ser prestada em uma das modalidades previstas no artigo 96 da Lei nº 14.133/2021, a ser recolhida a favor da Prefeitura Municipal de Monte Santo, ou nas condições estabelecidas abaixo:

- a) Caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados por seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia;
- b) Seguro-garantia;
- c) Fiança – bancária, emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil;
- d) Título de capitalização custeado por pagamento único, com resgate pelo valor total.

13.1.5. No caso do uso do seguro-garantia, o mesmo tem por objetivo garantir o fiel cumprimento das obrigações assumidas pelo contratado perante à Administração, inclusive as multas, os prejuízos e as indenizações decorrentes de inadimplemento, observadas as seguintes regras:

- a) O prazo de vigência da apólice será igual ou superior ao prazo inicial da Ata de Registro de Preço e/ou do contrato ou documento equivalente, estabelecido no Edital e deverá acompanhar as modificações referentes à vigência deste mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora;

	<p align="center"> PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE SANTO / ESTADO DA BAHIA CNPJ nº 13.698.766/0001-33 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE / FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE CNPJ nº 11.481.390/0001-85 </p>	
---	---	---

b) Prazo inicial da Ata de Registro de Preço, do contrato ou do documento equivalente, é de 01 (um) ano a contar da assinatura.

c) O seguro-garantia continuará em vigor mesmo se o contratado não tiver pago o prêmio nas datas convencionadas.

d) Nos contratos de execução continuada ou de fornecimento contínuo de bens e serviços, será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as mesmas condições e coberturas da apólice vigente e desde que nenhum período fique descoberto, ressalvado o disposto no §2º do artigo 96 da Lei 14.133/2021.

13.1.6. A garantia será devolvida aos licitantes não vencedores após a homologação da licitação e ao vencedor após a assinatura da Ata de Registro de Preços.

13.2. A exigência de garantia da proposta justifica-se pela necessidade de assegurar a seriedade das propostas, mitigar riscos de desistência injustificada e proteger o interesse público, especialmente diante da relevância econômica e operacional do objeto.

13.3. A exigência de Garantia da Proposta de 1% (um por cento) é medida de cautela administrativa que se justifica pela elevada criticidade do objeto e pelos riscos inerentes à modalidade da Licitação, conforme detalhado a seguir:

13.3.1. Risco de Não Manutenção da Proposta e Não Assinatura da ARP:



13.3.1.1. O risco de o licitante vencedor, após a fase de lances, não manter a proposta ou se recusar a assinar a Ata de Registro de Preços (ARP) é o risco primário que a garantia visa mitigar, devendo observar o seguinte:

a) A recusa implica a necessidade de convocar o segundo colocado (que pode não aceitar o preço), ou, na pior das hipóteses, a repetição de todo o procedimento licitatório.

b) A repetição do certame gera custos administrativos e, o mais grave, o atraso no fornecimento de materiais essenciais para o funcionamento. A garantia atua como um desestímulo financeiro à desistência.

13.3.2. Risco de "Mergulho" de Preços (Preços Inexequíveis)

13.3.2.1. O Pregão Eletrônico, por sua natureza dinâmica, incentiva a redução agressiva de preços, devendo observar o seguinte:

	<p>PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE SANTO / ESTADO DA BAHIA CNPJ nº 13.698.766/0001-33 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE / FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE CNPJ nº 11.481.390/0001-85</p>	
---	--	---

a) O Mergulho de Preços ocorre quando o licitante oferece um preço abaixo do seu custo real (preço inexecutável) apenas para vencer o certame, com a intenção posterior de desistir da contratação ou buscar o reequilíbrio econômico-financeiro de forma indevida.

b) A Garantia da Proposta de 1% atua como um filtro de seriedade, exigindo um compromisso financeiro prévio que desencoraja propostas temerárias ou de má-fé, garantindo que apenas empresas com real capacidade de execução e preços sustentáveis participem.

13.3.3. Risco de Custos Administrativos e Operacionais de Novo Certame

13.3.3.1. A frustração da licitação implica a necessidade de realizar um novo processo, o que acarreta:

a) O mercado pode ter sofrido variações no período, resultando em preços mais altos na nova licitação.

13.4. Devido à natureza do objeto, a Administração não pode se dar ao luxo de ter o certame frustrado ou atrasado por desistência do vencedor. A garantia é, portanto, uma medida de proteção do interesse público.



13.5. A exigência da Garantia da Proposta de 1% (um por cento), a ser apresentada na fase de proposta sob pena de desclassificação, é uma medida proporcional e necessária para:

- a) Assegurar a seriedade e a manutenção das propostas apresentadas;
- b) Proteger o interesse público contra o risco de desabastecimento
- c) Desencorajar a apresentação de propostas inexecutáveis ou de má-fé.

13.6. A Garantia, neste caso, não é uma restrição à competitividade, mas sim um requisito de qualificação da proposta que visa a eficiência e a celeridade do processo, em consonância com os princípios da Lei nº 14.133/2021.

14. DO JULGAMENTO DA EXEQUIBILIDADE E DA INEQUIBILIDADE DAS PROPOSTAS

14.1. A análise da exequibilidade das propostas tem por finalidade assegurar que o preço ofertado pelo licitante seja compatível com a adequada execução do objeto, evitando a contratação de proposta meramente aparente, artificialmente reduzida ou incapaz de garantir o fornecimento regular, seguro e qualitativamente adequado de aparelhamento cirúrgico, equipamentos e materiais penso-hospitalares.

	<p align="center"> PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE SANTO / ESTADO DA BAHIA CNPJ nº 13.698.766/0001-33 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE / FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE CNPJ nº 11.481.390/0001-85 </p>	
---	---	---

14.2. A inexecuibilidade é a situação em que fornecedor não possui capacidade técnica, financeira ou operacional real de executar o objeto da contratação conforme especificações técnicas, prazos e condições estabelecidas no edital e na ata de registro de preço.

14.3. A inexecuibilidade pode ser manifesta (óbvia e evidente) ou potencial (que requer verificação através de diligência).

14.4. A exequibilidade é a situação em que fornecedor possui capacidade técnica, financeira e operacional real de executar o objeto da contratação conforme especificações técnicas, prazos e condições estabelecidas no edital e na ata de registro de preço.

14.5. A exequibilidade é presumida quando fornecedor atende aos requisitos de habilitação e proposta está conforme edital.

14.6. Serão desclassificadas as propostas que apresentarem preços inexequíveis ou permanecerem acima do orçamento estimado para a contratação.

14.7. O Orçamento da Administração, quaisquer que seja utilizado, permitido em lei, será como base referencial para a determinação da inexecuibilidade ou não.



14.8. O **limite de 50%** estabelece que **verificação de inexecuibilidade** é obrigatória apenas para propostas com preço **inferior a 50%** do valor orçado pela Administração Pública.

14.9. Propostas com preço superior a 50% são presumidas exequíveis e não necessitam de verificação de inexecuibilidade, salvo em casos de inexecuibilidade manifesta.

14.10. Em licitação por lote, o limite de 50% é calculado sobre o valor do lote.

14.11. A presunção de inexecuibilidade pode ser afastada, mediante diligência, quando solicitado pelo pregoeiro ou quando solicitado por licitantes, desde que a solicitação de diligência tenha fundamento e seja acatada pelo pregoeiro e equipe. Para diligência deverão apresentar elementos probatórios que demonstrem a exequibilidade da proposta, em prazo hábil, esses elementos serão solicitados pelo pregoeiro e equipe, no prazo determinado na solicitação, porém caso não apresente no prazo ou não apresente os documentos solicitado, não poderá ser comprovada a exequibilidade, sendo assim esse licitante, que foi realizada a diligência, será considerado desclassificado por preço inexequível, pois não comprovou a exequibilidade.

14.12. A inexecuibilidade será aferida pela Administração Pública mediante análise da coerência dos custos apresentados pelo licitante em relação aos preços de mercado e ao orçamento de referência da licitação.

	<p align="center"> PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE SANTO / ESTADO DA BAHIA CNPJ nº 13.698.766/0001-33 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE / FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE CNPJ nº 11.481.390/0001-85 </p>	
---	---	---

14.13. **Presunção Relativa e Dever de Diligência:**

14.13.1. A apresentação de proposta inferior a 50% do valor estimado não implicará desclassificação automática, constituindo apenas presunção relativa de inexecutabilidade, a qual deverá ser apurada mediante diligência, com oportunidade para que o licitante demonstre a viabilidade econômica, técnica, operacional, logística e comercial da proposta apresentada.

14.13.2. Identificado indício de inexecutabilidade, especialmente quando a proposta for inferior a 50% do valor estimado pela Administração, o Pregoeiro poderá promover diligência para que o licitante apresente elementos comprobatórios da executabilidade da proposta.

14.13.3. A diligência tem por finalidade evitar desclassificações precipitadas, assegurar julgamento objetivo, preservar a competitividade e permitir que a Administração decida com base em elementos concretos.

14.14. **Procedimento de Diligência:**



14.14.1. O licitante convocado para demonstrar a executabilidade deverá apresentar, no prazo estabelecido pelo Pregoeiro, documentos que comprovem a viabilidade de sua oferta, tais como:

- a) Planilhas de custos detalhadas, com indicação de todos os insumos, custos diretos e indiretos, e margem de lucro.
- b) Notas fiscais ou contratos de fornecimento que atestem os preços de aquisição de matéria-prima.
- c) Comprovação de que o licitante possui logística ou processos produtivos que justifiquem a redução de custos.

15. **DOS CRITÉRIOS E REQUISITOS DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO**

15.1. No presente procedimento será adotada **inversão de fases**, de modo que a fase de **habilitação antecederá a fase de análise das propostas e disputa**, considerando a natureza sensível do objeto e à necessidade de prévia verificação da regularidade dos participantes.

15.2. A presente contratação adota critérios de habilitação e prazos definidos, fundamentados em legislação federal, garantindo que apenas fornecedores íntegros, capazes e confiáveis sejam selecionados.

	<p align="center"> PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE SANTO / ESTADO DA BAHIA CNPJ nº 13.698.766/0001-33 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE / FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE CNPJ nº 11.481.390/0001-85 </p>	
---	---	---

15.3. É expressamente vedada a inclusão de proposta de preços, valores, percentuais, descontos, planilhas econômicas, informações de preço ou quaisquer elementos que permitam identificar a proposta comercial do licitante no conjunto da documentação de habilitação.

15.4. O não envio da documentação no prazo estabelecido, sem justificativa aceita pela Administração, implicará **inabilitação do licitante**, com convocação do próximo classificado, quando cabível, e assim sucessivamente até que haja uma empresa habilitada por cumprir com todas as exigências do Edital.

15.5. A habilitação dos licitantes será aferida mediante apresentação da documentação exigida no edital, compreendendo, conforme o caso: Habilitação Jurídica; Regularidade Fiscal, Social e Trabalhista; Qualificação Econômico-Financeira; Qualificação Técnica; Declarações obrigatórias; Outras Comprovações Necessárias, Essenciais e Pertinentes ao Procedimento.

15.6. Os documentos deverão ser apresentados em meio eletrônico, por meio da plataforma indicada no edital, em formato legível, íntegro, completo e apto à verificação pela Administração.

15.7. Documentação deve estar em formato eletrônico, em PDF (Portable Document Format).



15.8. Deve apresentar, os documentos que necessitem de assinatura, com a assinatura digital ou reconhecimento de firma com autenticação digital refere-se ao requisito de que documentação de habilitação deve estar assinada de forma que garanta autenticidade e integridade.

15.9. Quando houver dúvida razoável quanto à autenticidade, integridade ou validade do documento, a Administração poderá promover diligência, solicitar esclarecimentos ou exigir a apresentação do documento original ou cópia autenticada, sem que isso implique juntada indevida de documento novo.

15.10. Não serão aceitos documentos que apresentem rasuras, emendas, adulterações, cortes, sobreposições, ausência de páginas, inconsistências materiais, falhas de digitalização, ilegibilidade ou qualquer vício que impeça ou comprometa a análise de seu conteúdo.

15.11. Será inabilitado o licitante que:

- a) Não apresentar a documentação exigida no prazo fixado;
- b) Apresentar documentação incompleta;
- c) Deixar de comprovar requisito obrigatório de habilitação;
- d) Apresentar documento vencido, inválido ou incompatível;
- e) Apresentar documentação ilegível, rasurada ou materialmente comprometida;]

	<p>PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE SANTO / ESTADO DA BAHIA CNPJ nº 13.698.766/0001-33 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE / FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE CNPJ nº 11.481.390/0001-85</p>	
---	--	---

f) Incluir informação de preço ou proposta comercial na documentação de habilitação, quando tal conduta comprometer a lisura do procedimento;

g) Apresentar declaração falsa ou documento inidôneo;

h) Descumprir exigência essencial do edital ou deste Termo de Referência.

15.12. Todos os documentos de habilitação apresentados pelos licitantes deverão encontrar-se válidos, vigentes, íntegros e aptos à comprovação da condição exigida no momento da sua apresentação e durante a fase de habilitação.

15.13. Na hipótese de documentos que não contenham prazo de validade expresso em seu corpo, considerar-se-ão válidos aqueles emitidos em período não superior a **30 (trinta) dias** anteriores à data fixada para o recebimento da documentação de habilitação, salvo quando a própria natureza do documento, disposição legal específica, regulamentação do órgão emissor ou entendimento jurisprudencial consolidado estabelecer prazo diverso.

15.14. Os documentos de habilitação deverão estar em plena vigência e, na hipótese de inexistência de prazo de validade expresso no documento, deverão ter sido emitidos há menos de 30 (trinta) dias da data estabelecida para o recebimento das propostas.

15.14.1. Depois de inseridos no sistema e passado o prazo permitido, nesse termo de referência e no edital, não será permitida inserção de documentos posteriores.



15.15. O Pregoeiro poderá inabilitar a documentação ou mesmo habilitar a empresa, a qualquer tempo, no caso de conhecimento de fato superveniente ou circunstância desabonadora da empresa ou de seus sócios.

15.16. Após fim do prazo a inserção dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência.

15.17. A Administração poderá realizar diligências destinadas a esclarecer, confirmar ou complementar informações constantes da documentação apresentada, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

15.18. As microempresas e empresas de pequeno porte deverão, no entanto, apresentar os documentos elencados no item e subitens deste Edital, mesmo que contenham alguma restrição, de acordo com o artigo 43 da Lei Complementar nº 123/2006;

15.18.1. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal exigida neste Edital, será(ão) assegurado(s), à(s) microempresa(s) e empresa(s) de pequeno porte adjudicatária(s) deste certame, o prazo de

	<p align="center"> PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE SANTO / ESTADO DA BAHIA CNPJ nº 13.698.766/0001-33 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE / FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE CNPJ nº 11.481.390/0001-85 </p>	
---	---	---

05 (cinco) dias úteis, contados a partir do momento em que for(em) declarada(s) a(s) vencedora(s), para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa, conforme o § 1º do art. 43 da Lei Complementar nº 123/2006;

15.18.2. A não regularização da documentação, no prazo previsto no item acima, implicará decadência do direito à(s) contratação(ões), sem prejuízo das sanções previstas na Lei, sendo facultado à Administração convocar as Licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para celebrar(em) a(s) contratação(ões), ou revogar a licitação, consoante estabelecido no art. 43, §2º da Lei Complementar nº 123/2006.

15.19. O Edital estabelecerá, de forma pormenorizada, os documentos obrigatórios, os requisitos mínimos de qualificação, os critérios de análise, os procedimentos de diligência, os parâmetros de aceitabilidade, as hipóteses de saneamento formal, as condições de regularização documental, bem como demais exigências necessárias à adequada seleção da proposta mais vantajosa para a Administração.

15.20. Os licitantes deverão observar integralmente todas as disposições constantes do Edital, do Termo de Referência e dos respectivos anexos, sendo que a apresentação da documentação implicará plena ciência, concordância e submissão às condições estabelecidas no instrumento convocatório.



16. DO MODELO DE GESTÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

16.1. O modelo de gestão da Ata de Registro de Preços deverá assegurar controle, rastreabilidade, transparência, eficiência, economicidade, gestão dos saldos, acompanhamento da vigência, fiscalização das entregas, cumprimento das condições registradas e preservação da proposta mais vantajosa.

16.2. A Ata de Registro de Preços não constitui, por si só, contrato administrativo de execução imediata, mas instrumento formal de registro das condições, preços, fornecedores, lotes, quantitativos e obrigações para futuras contratações, conforme necessidade da Administração.

16.3. A existência de preços registrados não obriga a Administração a contratar a totalidade dos itens ou quantitativos registrados.

16.4. A Ata de Registro de Preços será o instrumento formal e vinculativo no qual serão registrados os preços, fornecedores, lotes, itens, quantidades estimadas, condições de fornecimento, prazos, garantias, obrigações e demais regras aplicáveis às futuras contratações decorrentes do presente Pregão Eletrônico.

	<p>PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE SANTO / ESTADO DA BAHIA CNPJ nº 13.698.766/0001-33 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE / FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE CNPJ nº 11.481.390/0001-85</p>	
---	--	---

16.5. A Prefeitura Municipal de Monte Santo – Bahia, por intermédio da unidade administrativa competente, atuará como órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços.

16.6. A gestão da Ata será exercida por servidor ou setor designado pela Administração, competindo-lhe acompanhar a execução dos registros, controlar as solicitações de fornecimento, monitorar os saldos, verificar prazos e adotar providências em caso de descumprimento.

16.7. A Administração deverá manter controle atualizado dos quantitativos registrados, solicitados, entregues, recebidos, rejeitados, substituídos e disponíveis.

16.8. O fornecedor registrado deverá manter, durante toda a vigência da Ata e das contratações dela decorrentes, as condições de habilitação, regularidade fiscal, trabalhista, técnica, econômico-financeira e sanitária exigidas no certame.

16.9. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

16.10. A ata de registro de preço, contrato ou instrumento equivalente, deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.



16.11. A formalização da contratação ocorrerá por meio de termo de contrato, Ata de Registro de Preço ou instrumento equivalente.

16.12. **Da Vigência da Ata de Registro de Preços**

16.12.1. A Ata de Registro de Preços terá vigência de **01 (um) ano**, contado da data de sua assinatura, podendo ser prorrogada por igual período, desde que comprovada a vantajosidade dos preços registrados e observadas as condições legais e regulamentares aplicáveis.

16.13. **Do Cadastro de Reserva**

16.13.1. Poderá ser formado **cadastro de reserva** com os licitantes que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais aos do licitante vencedor, observada a ordem de classificação do certame e as condições previstas no edital.

	<p align="center"> PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE SANTO / ESTADO DA BAHIA CNPJ nº 13.698.766/0001-33 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE / FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE CNPJ nº 11.481.390/0001-85 </p>	
---	---	---

16.13.2. O cadastro de reserva tem por finalidade conferir maior segurança à Administração, permitindo a convocação de fornecedores remanescentes nas hipóteses legalmente admitidas, especialmente quando: O fornecedor registrado não assinar a Ata / Houver cancelamento do registro do fornecedor / O fornecedor descumprir obrigações assumidas / Houver impossibilidade de fornecimento pelo primeiro registrado / Houver necessidade de convocação de remanescente nas condições previstas no edital / O fornecedor registrado perder as condições de habilitação / Houver aplicação de sanção impeditiva.

16.13.3. A inclusão no cadastro de reserva não gera direito subjetivo à contratação, constituindo expectativa condicionada às hipóteses de convocação e à conveniência administrativa.

16.13.4. O cadastro de reserva deverá preservar a ordem de classificação, os preços registrados, as condições de fornecimento, as exigências técnicas e sanitárias e demais regras do edital.

16.14. **Das Contratações Decorrentes da Ata**

16.14.1. As contratações decorrentes da Ata de Registro de Preços serão realizadas conforme a necessidade da Administração, mediante emissão de contrato, nota de empenho, autorização de fornecimento, ordem de fornecimento ou instrumento equivalente.



16.14.2. Cada contratação decorrente deverá observar: Vigência da Ata / Saldo quantitativo disponível / Preço registrado / Dotação orçamentária / Regularidade do fornecedor;

16.14.3. As contratações decorrentes da Ata deverão ser formalizadas durante sua vigência, observando-se que a vigência do instrumento decorrente poderá observar prazo próprio, conforme a natureza da obrigação assumida.

16.15. **Da Revisão, Atualização e Negociação dos Preços Registrados**

16.15.1. Os preços registrados poderão ser objeto de negociação, revisão ou atualização, quando demonstrada alteração relevante nas condições de mercado, observadas as regras do edital, da Ata e da legislação aplicável.

16.15.2. A revisão não poderá servir para transferir riscos ordinários do fornecedor à Administração, devendo ser fundamentada em fatos supervenientes, imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, quando juridicamente cabível.

	<p align="center"> PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE SANTO / ESTADO DA BAHIA CNPJ nº 13.698.766/0001-33 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE / FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE CNPJ nº 11.481.390/0001-85 </p>	
---	---	---

16.16. **Do Cancelamento do registro de Preços**

16.16.1. O registro do fornecedor poderá ser cancelado nas hipóteses previstas no edital, na Ata, na Lei nº 14.133/2021 e nos regulamentos aplicáveis. Constituem hipóteses de cancelamento, entre outras: (a) Descumprimento das condições da Ata; (b) Recusa injustificada em fornecer; (c) Atraso reiterado nas entregas; (d) Fornecimento de produto em desacordo com as especificações; (e) Perda das condições de habilitação; (f) Ocorrência de sanção impeditiva; (g) Prática de fraude ou documentação falsa; (h) Pedido do fornecedor, quando devidamente justificado e aceito; (i) Interesse público devidamente motivado; (j) Preço registrado superior ao mercado sem aceitação de redução.

16.16.2. A Ata de Registro de Preços (ARP) poderá ser cancelada a qualquer tempo, de forma total ou parcial, nas hipóteses previstas na Lei nº 14.133/2021.



16.16.3. O cancelamento da Ata de Registro de Preços (ARP) extingue os efeitos futuros do compromisso, não afetando os fornecimentos já formalizados, contratados ou recebidos até a data de sua efetivação.

16.16.4. Nos casos de cadastro de reserva, o cancelamento do fornecedor principal permite a convocação dos demais classificados, observada a ordem de classificação e a aceitação expressa das condições inicialmente registradas.

17. **DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS POR ÓRGÃO OU ENTIDADE NÃO PARTICIPANTE — “CARONA”**

17.1. Será **permitida a adesão** à Ata de Registro de Preços por órgão ou entidade não participante, comumente denominada “carona”, desde que observadas integralmente as condições previstas na Lei Federal nº 14.133/2021, nos regulamentos aplicáveis, no edital, neste Termo de Referência, na Ata de Registro de Preços e nas decisões motivadas do órgão gerenciador. A possibilidade de adesão encontra fundamento no artigo 86 da Lei Federal nº 14.133/2021, especialmente nos dispositivos que disciplinam a utilização da ata por órgãos ou entidades não participantes

17.2. A adesão à Ata de Registro de Preços constitui mecanismo excepcional de utilização do Sistema de Registro de Preços por órgão ou entidade que não tenha participado do procedimento inicial, permitindo a

	<p align="center"> PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE SANTO / ESTADO DA BAHIA CNPJ nº 13.698.766/0001-33 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE / FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE CNPJ nº 11.481.390/0001-85 </p>	
---	---	---

contratação dos bens registrados, desde que demonstrada a compatibilidade da necessidade administrativa, a vantagem econômica, a anuência do fornecedor e a autorização do órgão gerenciador.

17.3. A utilização da adesão deverá observar os princípios da legalidade, planejamento, motivação, transparência, economicidade, eficiência, interesse público, segurança jurídica, controle, rastreabilidade e seleção da proposta mais vantajosa.

17.4. A adesão à Ata de Registro de Preços de procedimento licitatório é **facultativa e discricionária** por parte da Administração Pública gerenciadora. A simples solicitação de adesão por órgãos ou entidades não participantes, sejam da esfera federal, estadual ou municipal, não obriga o Município à autorização, tampouco à prestação de qualquer justificativa vinculativa ao particular ou ao ente interessado, conforme o princípio da autotutela e o poder-dever de planejamento da Administração.

17.5. A adesão por órgão ou entidade não participante somente poderá ocorrer mediante:

- a) Solicitação formal do órgão ou entidade interessados;
- b) Comprovação da compatibilidade do objeto pretendido com os itens registrados;
- c) Manifestação expressa de interesse e anuência do fornecedor registrado;
- d) Autorização expressa do órgão gerenciador;
- e) Observância das condições previstas no edital e na Ata de Registro de Preços.

17.6. Os seguintes órgãos **podem** utilizar carona:

- a) Órgãos da Administração Pública Direta / b) Órgãos da Administração Pública Indireta / c) Órgãos Públicos de Outras Esferas.

17.7. Órgãos que **Não** Podem Utilizar Carona:



- a) Órgãos Privados / b) Órgãos Sem Personalidade Jurídica / c) Órgãos Extintos / d) Órgãos Impedidos.

17.8. As seguintes **vedações** expressas aplicam-se a caronas:

- a) Vedação de Modificação de Preços; Vedação de Modificação de Especificações; Vedação de Modificação de Prazos; Vedação de Subcontratação; Vedação de Revenda.

17.9. Cada órgão ou entidade não participante poderá aderir à Ata de Registro de Preços até o limite máximo de **50% (cinquenta por cento) dos quantitativos registrados para cada item ou lote**.

17.10. A responsabilidade pela instrução do processo de adesão, disponibilidade orçamentária, fiscalização, pagamento e execução contratual será do órgão ou entidade aderente.

	<p>PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE SANTO / ESTADO DA BAHIA CNPJ nº 13.698.766/0001-33 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE / FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE CNPJ nº 11.481.390/0001-85</p>	
---	--	---

17.11. A adesão não transfere ao órgão gerenciador a responsabilidade pela execução contratual do órgão aderente.

18. DOS CRITÉRIOS E DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

18.1. A contratação decorrente do presente procedimento será regida pela Lei Federal nº 14.133/2021, pelo Edital, por este Termo de Referência, pela Ata de Registro de Preços, pela proposta vencedora e pelos instrumentos formalizados pela Administração, observando-se os princípios da legalidade, planejamento, eficiência, economicidade, transparência, motivação, segurança jurídica, vinculação ao instrumento convocatório, julgamento objetivo, interesse público, razoabilidade, proporcionalidade e continuidade dos serviços públicos de saúde.

18.2. A contratação somente será formalizada com fornecedor regularmente registrado na Ata de Registro de Preços e que mantenha, no momento da contratação, todas as condições de habilitação, regularidade e qualificação exigidas no certame.



18.3. Do Instrumento Equivalente

18.3.1. O instrumento equivalente é documento que substitui o contrato formal quando a legislação permite, desde que contenha elementos essenciais do contrato e garanta segurança jurídica das partes.

18.3.2. Nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, o instrumento de contrato é, em regra, obrigatório, salvo nas hipóteses legais em que a Administração poderá substituí-lo por outro instrumento hábil, como carta-contrato, nota de empenho de despesa, autorização de compra ou ordem de fornecimento.

18.3.3. Poderá ser adotado instrumento equivalente quando a contratação decorrente da Ata envolver fornecimento de menor complexidade, entrega imediata ou parcelada de baixa complexidade operacional, inexistência de obrigações futuras relevantes, ausência de necessidade de cláusulas contratuais extensas ou quando a própria Ordem de Fornecimento, Nota de Empenho e Nota Fiscal forem suficientes para caracterizar a obrigação assumida.

18.3.4. A Ordem de Fornecimento pode funcionar como instrumento equivalente, pois o objeto da contratação é simples e bem definido, não exigindo elaboração de contrato formal complexo. A ordem de fornecimento e nota fiscal são suficientes para: Identificar as partes; descrever o objeto; Estabelecer Preço, Prazo e Condições.

	<p>PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE SANTO / ESTADO DA BAHIA CNPJ nº 13.698.766/0001-33 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE / FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE CNPJ nº 11.481.390/0001-85</p>	
---	--	---

18.3.5. A supressão do contrato formal está em conformidade com legislação de licitações públicas. A supressão do contrato formal garante: economicidade, celeridade, segurança jurídica.

18.3.6. A ordem de fornecimento e nota fiscal contêm os seguintes elementos essenciais do contrato: Identificação das Partes; Descrição do Objeto; Quantidade; Preço; Prazos de Entrega; Condições de Fornecimento; Condições de Pagamento; Referência à Ata.

18.3.7. O procedimento de formalização sem contrato formal é conforme segue: Emissão de Ordem de Fornecimento / Fornecimento de Materiais / Emissão de Nota Fiscal / Recebimento / Pagamento

18.4. Do Contrato

18.4.1. O instrumento de contrato poderá ser formalizado quando a Administração entender necessário. O contrato é instrumento jurídico formal que formaliza a relação entre Administração Pública e fornecedor, estabelecendo direitos, obrigações, prazos, preços e condições de fornecimento.

18.4.2. O contrato deverá estar vinculado ao Edital, ao Termo de Referência, à Ata de Registro de Preços e à proposta vencedora.



18.4.3. A Administração poderá formalizar contrato administrativo sempre que entender necessário para melhor disciplinar a execução do objeto, sem prejuízo da utilização dos instrumentos equivalentes admitidos pela legislação.

18.4.4. A formalização da contratação decorrente da Ata de Registro de Preços observará as disposições da Lei Federal nº 14.133/2021, especialmente os artigos 89 a 95, constituindo o instrumento contratual.

18.4.5. Após a homologação do certame, adjudicação do objeto e observadas as condições legais para contratação, a licitante vencedora será regularmente convocada para assinatura do contrato administrativo ou do instrumento equivalente.

18.4.6. A adjudicatária deverá assinar do contrato administrativo no prazo máximo de **05 (cinco) dias úteis**, contados do recebimento da convocação expedida pela Administração.

18.4.7. Mediante solicitação formal e devidamente justificada pela adjudicatária, apresentada antes do término do prazo originalmente concedido, poderá a Administração, a seu exclusivo critério, conceder prorrogação por igual período, desde que demonstrada a ocorrência de motivo relevante e devidamente comprovado.

	<p>PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE SANTO / ESTADO DA BAHIA CNPJ nº 13.698.766/0001-33 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE / FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE CNPJ nº 11.481.390/0001-85</p>	
---	--	---

18.4.8. O não comparecimento da adjudicatária para assinatura do contrato, a recusa injustificada em firmar o instrumento contratual ou a ausência de manifestação dentro do prazo estabelecido serão considerados descumprimento da obrigação assumida no procedimento licitatório.

18.4.9. Nessas hipóteses, sem prejuízo das demais medidas cabíveis, poderão ser aplicadas as sanções administrativas previstas na Lei Federal nº 14.133/2021, no Edital, neste Termo de Referência e demais normas aplicáveis.

18.5. Da Garantia da Contratação

18.5.1. Será exigida garantia da contratação correspondente a 5% (cinco por cento) do valor inicial do contrato, nos termos do artigo 96 da Lei Federal nº 14.133/2021.

18.5.2. A garantia contratual tem por finalidade assegurar o fiel cumprimento de todas as obrigações assumidas pela contratada, proteger o patrimônio público, resguardar a Administração contra eventuais prejuízos decorrentes de inadimplemento contratual e garantir a adequada execução do objeto contratado.



18.5.3. A exigência da garantia contratual encontra fundamento na necessidade de mitigação dos riscos inerentes ao fornecimento de materiais e equipamentos essenciais à prestação dos serviços públicos, cuja interrupção poderá comprometer diretamente o atendimento à população e o funcionamento das atividades públicas.

18.5.4. A garantia será exigida como instrumento de proteção ao interesse público, observando os princípios da legalidade, eficiência, continuidade dos serviços públicos, economicidade, segurança jurídica, planejamento, boa-fé objetiva, supremacia do interesse público e gestão de riscos previstos na Lei Federal nº 14.133/2021.

18.5.5. A garantia poderá ser prestada em qualquer das modalidades previstas no artigo 96, §1º, da Lei Federal nº 14.133/2021:

- a) Caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública;
- b) Seguro-garantia;
- c) Fiança bancária emitida por instituição financeira autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

18.5.6. A escolha da modalidade caberá exclusivamente à contratada, observadas as exigências legais e as condições estabelecidas neste Termo de referência (TR).

	<p>PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE SANTO / ESTADO DA BAHIA CNPJ nº 13.698.766/0001-33 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE / FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE CNPJ nº 11.481.390/0001-85</p>	
---	--	---

18.5.7. A empresa vencedora deverá apresentar a garantia contratual no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados da convocação para assinatura do contrato.

18.5.8. Mediante solicitação formal devidamente justificada e aceita pela Administração, o prazo de entrega da garantia de contratação poderá ser prorrogado uma única vez por igual período.

18.5.9. A não apresentação da garantia contratual dentro do prazo estabelecido caracterizará descumprimento das condições para formalização da contratação, sujeitando a licitante às penalidades previstas na Lei Federal nº 14.133/2021 e neste Edital.

18.5.10. A garantia poderá ser utilizada para:

- a) Ressarcimento de prejuízos causados à Administração em decorrência de inadimplemento contratual;
- b) Pagamento de multas aplicadas à contratada;
- c) Cobertura de danos materiais ou financeiros decorrentes da execução inadequada do contrato;
- d) Ressarcimento de despesas decorrentes da necessidade de contratação de terceiros para conclusão ou regularização do fornecimento;
- e) Reparação de prejuízos causados por atraso injustificado, interrupção indevida do fornecimento ou descumprimento de obrigações contratuais.



18.5.11. A utilização parcial ou total da garantia não exime a contratada da obrigação de reparar integralmente os prejuízos eventualmente causados à Administração.

18.5.12. Ocorrendo a utilização parcial da garantia, a contratada deverá recompor o valor originalmente exigido no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados da notificação formal emitida pela Administração.

18.5.13. A não recomposição da garantia no prazo estabelecido constituirá infração contratual, sujeitando a contratada às sanções administrativas cabíveis.

18.6. Da Subcontratação

18.6.1. Será permitida a **subcontratação parcial**, limitada a até **50% (cinquenta por cento)** do objeto contratado, desde que previamente informada, justificada e expressamente autorizada pela Administração, observadas as condições previstas na Lei nº 14.133/2021, no Edital, neste Termo de Referência, na Ata de Registro de Preços e no instrumento de contratação.

	<p>PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE SANTO / ESTADO DA BAHIA CNPJ nº 13.698.766/0001-33 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE / FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE CNPJ nº 11.481.390/0001-85</p>	
---	---	---

18.6.2. Fica expressamente vedada a **subcontratação total do objeto**, bem como a transferência integral da responsabilidade contratual a terceiros, de modo que a contratada principal permanecerá integralmente responsável perante a Administração por todos os atos, omissões, falhas, vícios, atrasos, desconformidades, garantias e obrigações assumidas.

18.6.3. A subcontratação parcial somente será admitida se atendidas cumulativamente as seguintes condições: Solicitação formal da contratada; Justificativa técnica ou operacional; Autorização prévia e expressa da Administração; Indicação da parcela a ser subcontratada; Comprovação de regularidade jurídica, fiscal e trabalhista do subcontratado; Inexistência de prejuízo à execução; Manutenção da responsabilidade integral da contratada principal; Observância do limite máximo de 50%; Compatibilidade com o edital e com o interesse público.

18.6.4. A Administração poderá negar a subcontratação quando identificar risco à execução, à rastreabilidade dos produtos, à garantia dos bens, à fiscalização, à responsabilização contratual ou ao interesse público.



18.6.5. A autorização de subcontratação não transferirá à Administração qualquer vínculo direto com a subcontratada, salvo para fins de controle, fiscalização e verificação documental.

18.6.6. A contratada principal permanecerá responsável por: Cumprimento integral do objeto; Qualidade dos produtos; Prazos de entrega; Garantia dos bens; Assistência técnica, quando aplicável; Obrigações fiscais, trabalhistas, previdenciárias e comerciais; Atos e omissões da subcontratada; Substituição de bens desconformes; Indenização por danos; Sanções decorrentes de inadimplemento.

18.7. Da Extinção Contratual

18.7.1. A extinção contratual observará as disposições da Lei Federal nº 14.133/2021, especialmente os artigos 137, 138 e 139, o edital, este Termo de Referência, a Ata de Registro de Preços, o contrato ou instrumento equivalente e demais normas aplicáveis.

18.7.2. A extinção do ajuste constitui medida administrativa de encerramento da relação contratual, podendo ocorrer nas hipóteses legais, contratuais ou administrativas devidamente motivadas, sempre com observância aos princípios da legalidade, motivação, segurança jurídica, contraditório, ampla defesa, proporcionalidade, razoabilidade, interesse público, continuidade do serviço público, eficiência e economicidade.



	<p align="center"> PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE SANTO / ESTADO DA BAHIA CNPJ nº 13.698.766/0001-33 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE / FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE CNPJ nº 11.481.390/0001-85 </p>	
---	---	---

18.7.3. São causas de extinção contratual:

- a) Não cumprimento ou cumprimento irregular de normas editalícias, cláusulas contratuais, especificações, prazos ou condições de fornecimento;
- b) Atraso injustificado na entrega dos bens;
- c) Fornecimento de produtos em desacordo com as especificações técnicas ou comerciais;
- d) Entrega de produto vencido, avariado, adulterado, recondicionado, falsificado, sem procedência comprovada ou sem documentação exigida;
- e) Ausência de substituição de produtos rejeitados no prazo fixado pela Administração;
- f) Descumprimento reiterado de Ordens de Fornecimento;
- g) Perda das condições de habilitação, regularidade fiscal, trabalhista, técnica, econômico-financeira;
- h) Não manutenção da proposta, preços ou condições registradas;
- i) Recusa injustificada em assinar contrato;
- j) Subcontratação não autorizada, subcontratação total ou transferência irregular do objeto;
- k) Prática de fraude, dolo, má-fé, documentação falsa ou comportamento inidôneo;
- l) Decretação de falência, dissolução, liquidação ou alteração social que comprometa a execução;
- m) Caso fortuito ou força maior que impossibilite a execução;
- n) Razões de interesse público, devidamente justificadas pela autoridade competente;
- o) Demais hipóteses previstas no edital, no contrato, na Ata ou na legislação aplicável.

18.7.4. A extinção contratual poderá ocorrer:

- a) Por ato unilateral da Administração;
- b) Por acordo entre as partes;
- c) Por decisão arbitral ou judicial;
- d) Pelo advento do termo final;
- e) Por impossibilidade superveniente de execução, devidamente comprovada.

	<p>PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE SANTO / ESTADO DA BAHIA CNPJ nº 13.698.766/0001-33 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE / FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE CNPJ nº 11.481.390/0001-85</p>	
---	--	---

18.7.5. A Administração poderá extinguir o contrato ou instrumento equivalente por razões de interesse público, devidamente justificadas, quando a continuidade da contratação se mostrar inconveniente, inoportuna, antieconômica, incompatível com a necessidade administrativa ou prejudicial ao interesse público.

18.7.6. A extinção por culpa da contratada poderá ocorrer quando restar comprovado descumprimento grave ou reiterado das obrigações assumidas, especialmente atraso injustificado, fornecimento irregular, descumprimento de especificações, ausência de substituição de produtos rejeitados ou prática de fraude.

18.7.6.1. Nessa hipótese, a extinção poderá ser acompanhada da aplicação das sanções previstas no edital, no contrato e na Lei nº 14.133/2021, respeitados o contraditório, a ampla defesa e o devido processo legal.

18.7.7. A extinção consensual poderá ocorrer mediante acordo entre as partes, desde que demonstrado o interesse público, inexistência de prejuízo à Administração, conveniência da medida, apuração de obrigações pendentes e autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.



18.7.7.1. A extinção consensual não poderá servir para afastar responsabilização por irregularidades já praticadas, prejuízos causados ou sanções legalmente cabíveis.

18. DAS OBRIGAÇÕES



18.1. As obrigações aqui previstas têm por finalidade assegurar a execução regular do objeto, a continuidade dos serviços públicos de saúde, a segurança dos pacientes, a regularidade sanitária dos produtos, a adequada gestão da Ata de Registro de Preços, a fiscalização eficiente e a proteção do interesse público.

18.2. Das Obrigações do Fornecedor Registrado – Do Contratado:

- I. Constituem obrigações da contratada, fornecedora registrada ou detentora da Ata de Registro de Preços:
- I. Cumprir integralmente as condições estabelecidas no Edital, neste Termo de Referência, na Ata de Registro de Preços, na proposta vencedora e no instrumento de contratação;
- II. Atender a todas as solicitações da Administração Pública, efetuadas durante a vigência do Contrato ou Ata de Registro de Preços, limitada ao quantitativo de cada item;
- III. Fornecimento dos itens, de acordo com as especificações constantes no Edital, em consonância com a proposta apresentada e com a qualidade e especificações determinadas pela legislação em vigor;

	<p align="center"> PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE SANTO / ESTADO DA BAHIA CNPJ nº 13.698.766/0001-33 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE / FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE CNPJ nº 11.481.390/0001-85 </p>	
---	---	---

- IV. Entregar os produtos nos locais indicados pela Administração, nos prazos definidos e em perfeitas condições de uso;
- V. Garantir que todos os produtos fornecidos sejam: novos, originais e sem uso anterior;
- VI. O fornecedor é obrigado a garantir qualidade dos materiais fornecidos; entregues com embalagem íntegra, lacrada e identificada; dentro do prazo de validade; livres de adulteração, violação, acondicionamento, falsificação ou irregularidade de procedência.
- VII. Apresentar, sempre que solicitado documentos que comprovem a procedência do item fornecido, assim como amostra para análise pela Administração, sem qualquer ônus adicional;
- VIII. Manter, durante a vigência do contrato ou do Registro de Preços, todas as condições de habilitação e qualificações exigidas na licitação;
- IX. O fornecedor não pode transferir o contrato sem autorização prévia da Administração;
- X. O fornecedor não pode subcontratar sem autorização prévia da Administração;
- XI. Responsabilizar-se por quaisquer danos ou prejuízos físicos ou materiais causados à Administração ou a terceiros, pelos seus prepostos, advindos de imperícia, negligência, imprudência ou desrespeito às normas de segurança, quando da execução do fornecimento;
- XII. Responsabilizar-se por todas e quaisquer despesas, inclusive, despesa de natureza previdenciária, fiscal, trabalhista ou civil, bem como emolumentos, ônus ou encargos de qualquer espécie e origem, pertinentes à execução do objeto contratado;
- XIII. Mesmo não sendo a fabricante da matéria prima empregada na fabricação de seus produtos, a empresa vencedora, responderá inteira e solidariamente pela qualidade e autenticidade destes, obrigando-se a substituir, as suas expensas, no todo ou em parte, o objeto desta licitação, em que se verificarem vícios, defeitos, incorreções, resultantes da fabricação ou transporte, constatado visualmente ou em laboratório, correndo estes custos por sua conta;
- XIV. Manter endereço eletrônico (e-mail) e contato válidos para fins de comunicação com a contratante por todo o período de contratação; comunicando, imediatamente, o Contratante em caso de alteração;
- XV. Comunicar formalmente à Administração qualquer fato que possa comprometer a execução do fornecimento.
- XVI. O fornecedor é obrigado a cumprir legislação de proteção de dados;

	<p align="center"> PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE SANTO / ESTADO DA BAHIA CNPJ nº 13.698.766/0001-33 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE / FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE CNPJ nº 11.481.390/0001-85 </p>	
---	---	---

XVII. O fornecedor é obrigado a manter sigilo e confidencialidade.



18.3. **Das Obrigações do Órgão Gestor – Da Contratante:**

- I. Cumprir e fazer cumprir as disposições do Edital, Termo de Referência, Ata de Registro de Preços, contrato ou instrumento equivalente;
- II. Emitir Ordens de Fornecimento, Notas de Empenho ou instrumentos equivalentes conforme necessidade;
- III. Indicar os locais de entrega;
- IV. Realizar o recebimento provisório e definitivo dos itens;
- V. Rejeitar itens em desconformidade;
- VI. Exigir substituição de itens rejeitados;
- VII. Efetuar pagamento após regular liquidação;
- VIII. O órgão poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
- IX. Promover o acompanhamento e a fiscalização do fornecimento, sob os aspectos qualitativo e quantitativo, anotando em registro próprio as falhas e solicitando as medidas corretivas;
- X. Observar para que durante a execução do objeto sejam cumpridas as obrigações assumidas pelo fornecedor, bem como sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- XI. Aplicar as sanções administrativas, quando se fizerem necessárias;
- XII. Comunicar formalmente irregularidades;
- XIII. Prestar informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados;

19. **DA FISCALIZAÇÃO E GESTÃO DA EXECUÇÃO DO OBJETO**

19.1. A execução do objeto, da Ata de Registro de Preços, do contrato administrativo ou do instrumento equivalente será acompanhada e fiscalizada pela Administração Municipal, por meio de servidor formalmente designado.

19.2. A fiscalização corresponde ao acompanhamento técnico e material da execução do objeto, compreendendo a verificação dos itens entregues, conformidade com as especificações, quantidade, qualidade,

	<p>PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE SANTO / ESTADO DA BAHIA CNPJ nº 13.698.766/0001-33 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE / FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE CNPJ nº 11.481.390/0001-85</p>	
---	--	---

validade, regularidade sanitária, garantia, documentação técnica e demais condições previstas no Edital e no Termo de Referência.

19.3. A gestão corresponde ao acompanhamento administrativo da Ata de Registro de Preços, do contrato ou instrumento equivalente, compreendendo controle de vigência, saldos, prazos, documentos, notificações, comunicações, pagamentos, aditivos, prorrogações, ocorrências e providências administrativas.

19.4. O fiscal e o gestor deverão atuar de forma coordenada, respeitada a segregação de funções.

19.5. A fiscalização exercida pela Administração não exclui nem reduz a responsabilidade da contratada pela qualidade, regularidade, segurança, validade, garantia e conformidade dos bens fornecidos.

19.6. Do Fiscal do Contrato, da Ata ou do Instrumento Equivalente:

19.4.1. O Fiscal será o servidor designado no **Decreto Municipal nº 869/2025**, para acompanhar e verificar a execução material do fornecimento.

19.4.2. O fiscal acompanhará a execução do fornecimento, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas na ata de registro de preço, no contrato ou no instrumento equivalente, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

19.4.3. O fiscal anotará no histórico de gerenciamento todas as ocorrências relacionadas à execução do objeto, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.



19.4.4. Identificada qualquer inexactidão ou irregularidade, o fiscal emitirá notificações para a correção da execução, determinando prazo para a correção.

19.4.5. O fiscal informará ao gestor, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

19.4.6. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução nas datas aprazadas, o fiscal comunicará o fato imediatamente ao gestor.

19.4.7. O fiscal comunicará ao gestor, em tempo hábil, o término da ata/contrato/documento equivalente, sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.

19.4.8. O fiscal verificará a manutenção das condições de habilitação apresentada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

	<p>PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE SANTO / ESTADO DA BAHIA CNPJ nº 13.698.766/0001-33 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE / FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE CNPJ nº 11.481.390/0001-85</p>	
---	--	---

19.4.9. Caso ocorra descumprimento das obrigações, o fiscal atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência;

19.7. **Do Gestor do Contrato, da Ata ou do Instrumento Equivalente:**

19.5.1. O Fiscal será o servidor designado no **Decreto Municipal nº 869/2025**, para acompanhar e verificar a execução material do fornecimento.

19.5.2. O gestor coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento, a exemplo da ordem de fornecimento, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

19.5.3. O gestor acompanhará os registros realizados pelos fiscais, de todas as ocorrências relacionadas à execução e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.



19.5.4. O gestor acompanhará a manutenção das condições de habilitação, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

19.5.5. O gestor emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas, com menção ao seu desempenho na execução, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

19.5.6. O gestor tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

19.5.7. O gestor deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

19.5.8. O gestor deverá enviar a documentação pertinente ao setor de responsável para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos.

	<p align="center"> PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE SANTO / ESTADO DA BAHIA CNPJ nº 13.698.766/0001-33 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE / FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE CNPJ nº 11.481.390/0001-85 </p>	
---	---	---

20. DA MEDIÇÃO DE FORNECIMENTO

20.1. A medição de fornecimento será compreendida como o procedimento administrativo de verificação, conferência, apuração e atesto dos bens efetivamente entregues, recebidos e aceitos pela Administração, em conformidade com a Ordem de Fornecimento, Nota de Empenho, Ata de Registro de Preços, contrato ou instrumento equivalente, proposta vencedora, edital e demais anexos.

20.2. A avaliação da execução do objeto utilizará o Instrumento de Medição de Fornecimento (IMF). O IMF será focado em indicadores de Qualidade de Entrega (conformidade com especificações, prazo de substituição de itens com defeito) e Nível de Serviço (atendimento às Ordens de Fornecimento).

20.3. Caso a CONTRATADA não mantenha o nível de qualidade dos fornecimentos, o órgão gestor/contratante descontará do pagamento os percentuais de acordo com a porcentagem que não foi executada ou foi executada de forma irregular.

20.4. Durante a execução contratual, o fiscal deverá monitorar constantemente o nível de qualidade do fornecimento para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer ao fornecedor a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas;

20.5. Ao fornecedor será permitido apresentar justificativa para a prestação do fornecimento com menor nível de conformidade, a qual poderá ser aceita pelo fiscal, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador;



20.6. A aplicação das glosas não compromete a aplicação de outras penalidades a que o fornecedor esteja sujeito pelo não cumprimento das obrigações contratuais ou execução insatisfatória dos fornecimentos, nos termos previstos em lei.

20.7. A utilização do IMF não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação dos fornecimentos e da prestação dos serviços

20.8. A medição ocorrerá mediante controle documental, quantitativo, qualitativo, técnico, sanitário e fiscal dos itens efetivamente fornecidos.

20.9. A medição do fornecimento servirá como instrumento essencial para subsidiar o recebimento provisório, o recebimento definitivo, a liquidação da despesa e o pagamento, garantindo que a Administração somente pague pelos produtos efetivamente entregues e aceitos.

20.10. A medição do fornecimento será etapa antecedente à liquidação da despesa e ao pagamento.

	<p>PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE SANTO / ESTADO DA BAHIA CNPJ nº 13.698.766/0001-33 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE / FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE CNPJ nº 11.481.390/0001-85</p>	
---	--	---

20.11. Somente após a medição regular, recebimento definitivo ou atesto equivalente, poderá ser processada a liquidação, desde que a Nota Fiscal esteja regular e não existam pendências atribuíveis ao fornecedor.

21. DOS CRITÉRIOS, CONDIÇÕES E PROCEDIMENTO DE PAGAMENTO

21.1. A presente contratação segue procedimentos estabelecidos na Lei nº 14.133/2021 garantindo que critérios, condições e pagamento sejam claros, objetivos e bem regulamentados, protegendo os direitos de todas as partes envolvidas.

21.2. O pagamento somente será devido em razão do fornecimento efetivamente realizado, regularmente recebido, conferido, aceito e atestado pela Administração, vedado o pagamento por itens não entregues, rejeitados, pendentes de substituição, em desconformidade técnica ou sanitária, ou desacompanhados da documentação exigida.

21.3. Por se tratar de fornecimento do objeto de natureza comum, o pagamento ficará condicionado à conferência quantitativa, qualitativa e documental dos itens entregues, de modo a assegurar a proteção do erário, a regularidade da despesa pública e a adequada prestação dos serviços de saúde.



21.4. O pagamento será efetuado em favor da contratada mediante crédito em conta bancária de sua titularidade, indicada na documentação fiscal, após a regular liquidação da despesa e observadas as normas internas do Município.

21.5. O pagamento será realizado em até 30 (trinta) dias após a data do recebimento da nota fiscal ou documento equivalente, conforme estabelecido na Lei nº 14.133/2021

21.6. O pagamento poderá ser efetuado parcialmente na pendência de liquidação de qualquer obrigação financeira que for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito a acréscimos de qualquer natureza.

21.7. Quando o fornecimento não for completo, desde que não gere prejuízos ao Município, sendo fornecido uma parte do que foi solicitado em ordem de fornecimento, poderá ser efetuado o pagamento proporcional ao que foi entregue.

21.8. Qualquer atraso acarretado por parte da CONTRATADA na apresentação da fatura ou nota fiscal, ou dos documentos exigidos como condição para pagamento, importará na interrupção da contagem do prazo de vencimento do pagamento, iniciando novo prazo após a regularização da situação.

	<p>PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE SANTO / ESTADO DA BAHIA CNPJ nº 13.698.766/0001-33 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE / FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE CNPJ nº 11.481.390/0001-85</p>	
---	--	---

21.9. Em caso de atraso injustificado no pagamento, a Administração Pública deve pagar juros de mora ao fornecedor, mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$, sendo:

$$I = \frac{(TX/100)}{365}, \text{ assim apurado: } I = \frac{(6/100)}{365} \quad I = 0,00016438$$

Em que:

I = Índice de atualização financeira;

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual = 6%;

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso.



21.10. No pagamento do fornecimento descrito na Nota Fiscal, será verificada a pertinência da retenção do Imposto sobre a Renda (IR), Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido (CSLL), Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) e Contribuição para o PIS/PASEP, nos termos da Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012. Ademais, a retenção do Imposto Sobre Serviços (ISS) ocorrerá desde que esteja prevista em regulamento que se aplique ao caso.

21.11. Caso o fornecedor seja optante pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – SIMPLES, deverá apresentar com a Nota Fiscal a devida comprovação a fim de evitar a retenção na fonte dos tributos e contribuições, de acordo com a Lei Complementar nº 123/2006.

21.12. Serão deduzidos dos créditos os valores relativos a multas e juros de mora de tributos e contribuições sociais.

22. DAS ALTERAÇÕES, REAJUSTE E REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

22.1. Da Alteração do Contrato

	<p>PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE SANTO / ESTADO DA BAHIA CNPJ nº 13.698.766/0001-33 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE / FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE CNPJ nº 11.481.390/0001-85</p>	
---	--	---

22.1.1. As alterações do contrato administrativo, podem ocorrer desde que preservada a natureza do objeto, a vantajosidade, a regularidade da despesa e o interesse público, observando os artigos 124 e 125 da Lei Federal nº 14.133/2021, o Edital, este Termo de Referência, bem como os princípios que regem o procedimento licitatório.

22.1.2. As alterações poderão ocorrer, conforme o caso:

a) Por necessidade de acréscimo; b) Por necessidade de supressão; c) Para adequação técnica do fornecimento; d) Para correção de erro material; e) Para recomposição do equilíbrio econômico-financeiro, quando cabível; f) Por alteração de prazo, local de entrega ou condição operacional, desde que justificada; g) Por necessidade administrativa superveniente devidamente motivada.

22.1.3. Nas alterações unilaterais, o contratado ficará obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, **acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento)** do valor inicial atualizado do contrato, conforme prevê a Lei nº 14.133/2021, em seu artigo 125.

22.1.4. A alteração contratual não poderá modificar a essência do objeto licitado, substituir indevidamente os itens contratados, alterar a natureza da contratação, comprometer a competitividade do certame ou criar obrigação diversa daquela prevista no Edital, Termo de Referência, Ata de Registro de Preços e proposta vencedora.



22.1.5. O procedimento de alteração do contrato deve seguir as seguintes etapas: Solicitação de Alteração; Análise de Conformidade; Análise Técnica; Análise Jurídica; Autorização de Alteração.

22.2. Da Alteração da Ata de Registro de Preços

22.2.1. As alterações da Ata de Registro de Preços, podem ocorrer desde que preservada a natureza do objeto, a vantajosidade, a regularidade da despesa e o interesse público, observando os artigos 124 e 125 da Lei Federal nº 14.133/2021, o Edital, este Termo de Referência, bem como os princípios que regem o procedimento licitatório.

22.2.2. A Ata de Registro de Preços poderá ser objeto de ajustes formais, correções materiais, atualização cadastral, revisão de preços, prorrogação de vigência, cancelamento de registro, inclusão de cadastro de reserva quando cabível ou outros atos de gestão admitidos pela legislação e pelo Edital.

22.2.3. A Ata poderá ser alterada para fins de revisão dos preços registrados, quando demonstrada alteração relevante das condições de mercado, fato superveniente, desequilíbrio econômico-financeiro ou necessidade de redução dos preços em razão de valores praticados no mercado.

	<p>PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE SANTO / ESTADO DA BAHIA CNPJ nº 13.698.766/0001-33 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE / FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE CNPJ nº 11.481.390/0001-85</p>	
---	--	---

22.2.4. A Administração poderá convocar o fornecedor para negociar a redução dos preços registrados quando verificar que os valores se tornaram superiores aos praticados no mercado.

22.2.5. Como regra de segurança jurídica, não será admitido acréscimo direto nos quantitativos fixados na Ata de Registro de Preços, inclusive o acréscimo de 25% previsto para contratos administrativos. O Decreto Federal nº 11.462/2023, utilizado como referência de boa prática, veda expressamente acréscimos nos quantitativos estabelecidos na ata de registro de preços.

22.2.6. O procedimento de alteração de ata segue as mesmas etapas do procedimento de alteração contratual, com adequações específicas para ata de registro de preços.

22.3. Do Reajuste

22.3.1. A periodicidade de reajuste do valor desta contratação será anual, conforme disposto na Lei Federal n.º 10.192/2001, utilizando-se o índice IPCA (Índice de Preço ao Consumidor Amplo) acumulado dos últimos 12 (doze) meses.

22.3.2. A data-base do reajuste será vinculada à data do orçamento estimado da Administração.

22.3.3. O reajuste poderá ser concedido mediante solicitação formal da contratada ou de ofício pela Administração, desde que preenchidos os requisitos legais e contratuais.

22.3.4. O reajuste poderá ser concedido mediante simples apostila, conforme dispõe o artigo 136 da Lei Federal nº 14.133/21.



22.3.5. Os Com fulcro artigo 136, da Lei 14.133/2021, os registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo.

22.3.6. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir do último reajuste.

22.3.7. A concessão de reajustes não pagos na época oportuna será apurada por procedimento próprio.

22.4. Do Reequilíbrio Econômico-financeiro

22.4.1. O reequilíbrio econômico-financeiro é o procedimento administrativo de ajuste de preços que restaura equilíbrio econômico-financeiro de contrato, com objetivo de compensar mudanças significativas de custos que não podem ser previstas no momento da contratação e que afetam viabilidade econômica do contrato.

	<p align="center"> PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE SANTO / ESTADO DA BAHIA CNPJ nº 13.698.766/0001-33 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE / FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE CNPJ nº 11.481.390/0001-85 </p>	
---	---	---

22.4.2. A revisão ou reequilíbrio econômico-financeiro poderá ser requerida quando houver fato superveniente, imprevisível ou previsível de consequências incalculáveis, que altere substancialmente a equação econômico-financeira originalmente pactuada.

22.4.3. Poderão fundamentar o pedido, conforme o caso:

a) Caso fortuito; Força maior; b) Fato do príncipe; c) Alteração, criação ou extinção de tributos ou encargos legais com comprovada repercussão nos preços; d) Fato superveniente de impacto extraordinário; e) Elevação ou redução relevante e comprovada dos custos; f) Situação excepcional de mercado devidamente demonstrada.

22.4.4. Cálculo do reequilíbrio Econômico-financeiro:

a) O reequilíbrio econômico-financeiro terá como base a seguinte fórmula:

<u>Fórmula:</u>	<u>Legenda:</u>	<u>Exemplo:</u>
<p>VC = CN – CO</p> <p>PV = VC/CO</p> <p>PR = PI x PV</p> <p>NP = PI + PR</p>	<p>CN = Custo Novo</p> <p>CO = Custo Original</p> <p>PI = Preço Inicial</p> <p>VC = Variação de Custo</p> <p>PV = Percentual de Variação</p> <p>PR = Preço do Reequilíbrio</p> <p>NP = Novo Preço</p>	<p>CN = R\$ 18,00 // CO = R\$ 12,00</p> <p>PI = R\$ 24,00</p> <p>VC = 18-12 // VC = 6</p> <p>PV = 6/12 // PV = 0,5</p> <p>PR = 24 x 0,5 // PR = 12 // PR = R\$ 12,00</p> <p>NP = 24 + 12 // NP = 36 // NP = R\$ 36,00</p>

22.4.5. O reajuste e reequilíbrio podem ser aplicados conjuntamente.



22.4.6. No que tange aos pedidos de repactuação, revisão de contrato e reequilíbrio econômico-financeiro, serão observados o disposto na Lei 14.133/21.

22.5. Da Formalização da Alteração

22.5.1. As alterações contratuais serão formalizadas por:

I – Termo Aditivo, quando houver alteração de cláusulas essenciais, quantitativos, valores, prazos ou condições contratuais relevantes;

II – Apostilamento, quando se tratar de registro administrativo de variação de valor decorrente de reajuste, atualização, compensação ou correção sem alteração substancial do contrato;

	<p align="center"> PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE SANTO / ESTADO DA BAHIA CNPJ nº 13.698.766/0001-33 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE / FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE CNPJ nº 11.481.390/0001-85 </p>	
---	---	---

22.5.2. Fica expressamente vedada a atribuição de efeitos financeiros retroativos a qualquer ato de apostilamento ou termo aditivo que vise alterar as condições econômico-financeiras da Ata de Registro de Preços (ARP) ou do Contrato dela decorrente.

22.5.3. O reconhecimento de obrigações ou a alteração de valores, quando cabíveis, produzirão efeitos exclusivamente a partir da data da formalização do respectivo apostilamento ou termo aditivo, em estrita observância ao princípio da anualidade orçamentária e à necessidade de prévia dotação para a realização de despesas públicas.



23. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

23.1. O licitante, adjudicatário, fornecedor registrado ou contratado que descumprir as obrigações assumidas no procedimento licitatório, na Ata de Registro de Preços, no contrato administrativo, na Ordem de Fornecimento, na Nota de Empenho, no instrumento equivalente, no Edital, neste Termo de Referência ou na legislação aplicável ficará sujeito às sanções administrativas previstas na **Lei Federal nº 14.133/2021**, especialmente nos artigos **155 ao 163**, sem prejuízo de eventual responsabilização civil, penal, administrativa, sanitária ou perante os órgãos de controle.

23.2. As sanções terão caráter preventivo, pedagógico, repressivo e corretivo, visando proteger o interesse público, preservar a seriedade do certame, assegurar a regular execução do fornecimento e evitar prejuízos à Administração e aos serviços públicos.

23.3. Constituem infrações administrativas, entre outras previstas no artigo 155 da Lei Federal nº 14.133/2021, as condutas do licitante ou contratado que:

- I. Dar causa à inexecução parcial do contrato, da Ata, da Ordem de Fornecimento ou do instrumento equivalente;
- II. Dar causa à inexecução parcial do que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos fornecimentos dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- III. Dar causa à inexecução total do contrato, da Ata, da Ordem de Fornecimento ou do instrumento equivalente;
- IV. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- V. Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

	<p align="center"> PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE SANTO / ESTADO DA BAHIA CNPJ nº 13.698.766/0001-33 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE / FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE CNPJ nº 11.481.390/0001-85 </p>	
---	---	---

- VI. Não celebrar o contrato, não assinar a Ata de Registro de Preços, não retirar a Nota de Empenho ou não aceitar instrumento equivalente ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- VII. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- VIII. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contratual;
- IX. Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do objeto;
- X. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- XI. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- XII. Praticar ato lesivo previsto no artigo 5º da Lei nº 12.846 de 1º de agosto de 2013.



23.4. Nos termos do artigo 156 da Lei Federal nº 14.133/2021, poderão ser aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas as seguintes sanções:

- I. Advertência;
- II. Multa;
- III. Impedimento de licitar e contratar;
- IV. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

23.4.1. A aplicação das sanções observará a gravidade da conduta, a extensão do dano, as circunstâncias do caso concreto, eventual reincidência, a cooperação do infrator, a existência de boa-fé, o grau de culpa ou dolo e a efetiva lesão ao interesse público.

23.4.2. A sanção de **advertência** poderá ser aplicada nas hipóteses de inexecução parcial de menor gravidade, quando não se justificar a imposição de penalidade mais severa, desde que a conduta não tenha causado danos relevantes à Administração, ao serviço público ou à segurança do fornecimento hospitalar.

23.4.3. A **multa de mora** poderá ser aplicada em razão de atraso injustificado na entrega dos bens, substituição de produtos rejeitados, cumprimento de obrigação de garantia, assistência técnica ou qualquer obrigação sujeita a prazo. A multa de mora terá natureza sancionatória e compensatória mínima pelo atraso, sem prejuízo da exigência de cumprimento da obrigação, da aplicação de outras penalidades e da apuração de perdas e danos.

	<p align="center"> PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE SANTO / ESTADO DA BAHIA CNPJ nº 13.698.766/0001-33 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE / FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE CNPJ nº 11.481.390/0001-85 </p>	
---	---	---

23.4.4. A **multa compensatória** poderá ser aplicada nos casos de inexecução parcial, inexecução total, recusa injustificada em contratar, descumprimento grave das obrigações ou prática de conduta que comprometa a execução do objeto.

23.5. A multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais sanções, nos termos da Lei nº 14.133/2021, desde que observados a proporcionalidade, a razoabilidade e a motivação.

23.6. A multa poderá ser descontada de valores devidos à contratada, cobrada administrativamente ou judicialmente, observados o contraditório e a ampla defesa.



23.7. A sanção de **impedimento de licitar e contratar** poderá ser aplicada nas hipóteses previstas na Lei nº 14.133/2021, especialmente quando o infrator praticar condutas graves relacionadas à não manutenção da proposta, não assinatura do contrato ou Ata, atraso injustificado, inexecução relevante ou descumprimento capaz de comprometer a Administração.

23.8. A sanção de **declaração de inidoneidade para licitar ou contratar** poderá ser aplicada nas hipóteses mais graves, especialmente quando houver declaração falsa, documentação falsa, fraude, comportamento inidôneo, ato ilícito destinado a frustrar os objetivos da licitação, ato lesivo à Administração Pública ou prática gravíssima que comprometa a confiança necessária à contratação pública.

23.9. A sanção de multa, inciso II do item 23.4, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) sobre o valor da contratação, da Ata, do item, do lote, da Ordem de Fornecimento, da Nota de Empenho ou da obrigação inadimplida, conforme a gravidade da conduta e o dano causado.

23.10. Aplicação de advertência acrescida de multa:

Descumprimento	Aplicação
Descumprimento, de pequena relevância, de obrigação legal ou infração a Lei quando não se justifica aplicação de sanção mais grave	Multa de 0,5% do valor do contrato + advertência
Inexecução parcial de obrigação contratual principal ou acessória de pequena relevância, a critério da Administração, quando não se justificar	Multa de 1% do valor do contrato + advertência

	<p align="center"> PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE SANTO / ESTADO DA BAHIA CNPJ nº 13.698.766/0001-33 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE / FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE CNPJ nº 11.481.390/0001-85 </p>	
---	---	---



aplicação de sanção mais grave	
Atraso na entrega de até 30 dias	Multa de mora diária de até 0,5%, calculada sobre o valor global do contrato + Advertência

23.11. Aplicação de impedimento de licitar e contratar, acrescida de multa:

Descumprimento	Aplicação
Dar causa à inexecução parcial do contrato, que cause grave dano à Administração.	Multa de 5% do valor do contrato + impedimento de licitar
Inexecução total do contrato.	Multa de 20% do valor do contrato + impedimento de licitar
Deixar de entregar documentação exigida para o certame	Multa de 2% do valor do contrato + impedimento de licitar
Não manter proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado	Multa de 5% do valor do contrato + impedimento de licitar
Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta	Multa de 5% do valor do contrato + impedimento de licitar

23.12. Aplicação de declaração de inidoneidade, acrescida de multa:

Descumprimento	Aplicação
Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato	Multa de 10% do valor do contrato + declaração de inidoneidade
Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na	Multa de 30% do valor do contrato + declaração de

	<p align="center"> PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE SANTO / ESTADO DA BAHIA CNPJ nº 13.698.766/0001-33 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE / FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE CNPJ nº 11.481.390/0001-85 </p>	
---	---	---

execução do contrato	inidoneidade
Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza	Multa de 20% do valor do contrato + declaração de inidoneidade
Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação	Multa de 50% do valor do contrato + declaração de inidoneidade
Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei Federal nº 12.846/2013	Multa de 30% do valor do contrato + declaração de inidoneidade

23.13. Sem prejuízo das sanções previstas nos itens anteriores, a responsabilização administrativa, civil e criminal de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a Administração Pública, nacional ou estrangeira, na participação da presente licitação e nos contratos ou vínculos derivados, também se dará na forma prevista na Lei Federal nº 12.846/2013.

23.14. Quaisquer penalidades aplicadas serão transcritas no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal e junto ao Cadastro de Restrições do Direito de Licitar e Contratar com a Administração Pública do Estado da Bahia.

24. DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO E IMPUGNAÇÃO AO EDITAL



24.1. As impugnações e pedidos de esclarecimentos, estão pormenorizados no Título IV, Capítulo II, da Lei Federal 14.133/2021.

24.2. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar edital de licitação ou solicitar esclarecimentos sobre seus termos, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura do certame. A impugnação deverá ter a sua legitimidade para ter a sua validade.

24.2.1. Os pedidos de esclarecimento e as impugnações deverão ser encaminhados na forma definida no Edital, podendo ser admitidos somente na forma eletrônica

24.3. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento, será no prazo de até 3 (três) dias úteis.

24.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

	<p align="center"> PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE SANTO / ESTADO DA BAHIA CNPJ nº 13.698.766/0001-33 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE / FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE CNPJ nº 11.481.390/0001-85 </p>	
---	---	---

24.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

24.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

25. DOS RECURSOS:

25.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no artigo 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

25.1.1. Para recorrer, deverá ser formulado na forma eletrônica, exclusivamente, via sistema de licitação informado no edital.

25.2. Recursos:

25.2.1. A intenção de recorrer deverá ser manifestada de forma imediata, após a decisão do julgamento da proposta e/ou ato de habilitação ou inabilitação de licitante, sob pena de preclusão. O prazo para manifestação da intenção de recorrer não poderá ser superior a 30 (trinta) minutos, devendo ser manifestado via sistema.

25.2.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados após a manifestação imediata do licitante.

25.2.3. O recurso deverá ser encaminhado na forma definida no Edital, podendo ser admitidos somente na forma eletrônica.



25.2.4. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

25.2.5. O prazo para apresentação de contrarrazões será o mesmo do recurso e terá início na data de intimação pessoal ou de divulgação da interposição do recurso.

25.2.6. A falta de manifestação imediata do licitante importará a decadência do direito do recurso.

25.2.7. Não serão conhecidos os recursos interpostos fora do prazo legal e/ou subscritos por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo licitatório para responder pelo licitante, assim como também não serão conhecidos àqueles que tratem de assuntos meramente protelatórios.

25.3. O acolhimento das razões do recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

	<p align="center"> PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE SANTO / ESTADO DA BAHIA CNPJ nº 13.698.766/0001-33 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE / FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE CNPJ nº 11.481.390/0001-85 </p>	
---	---	---

26. MATRIZ DE RISCOS

26.1. Em atendimento aos princípios do planejamento, da gestão de riscos e da alocação eficiente de responsabilidades, fica instituída a Matriz de Riscos da contratação, com a identificação, análise e distribuição objetiva dos riscos previsíveis entre a Administração e a futura contratada.

26.2. A Matriz de Riscos é um instrumento que constitui elementos essenciais no ciclo de vida da contratação pública, sendo parte integrante da fase preparatória do processo licitatório, conforme estabelece o artigo 18 da Lei nº 14.133/2021, além de atender às diretrizes da Política de Gestão de Riscos adotada pela Administração Pública;

26.3. Consideram-se riscos previsíveis aqueles decorrentes da natureza do objeto, das condições de mercado, da logística de fornecimento, da variação de preços, da execução contratual e de fatores operacionais inerentes ao fornecimento.

26.4. A alocação dos riscos observará o critério da melhor capacidade de gerenciamento, atribuindo-se cada risco à parte que possua melhores condições de preveni-lo, mitigá-lo ou absorver seus efeitos, conforme boas práticas de governança pública.



26.5. A Matriz de Riscos observará, no mínimo, a seguinte distribuição:

26.5.1. Riscos atribuídos à Contratada:

- a) Atraso no fornecimento por falha logística, gestão de estoque ou planejamento;
- b) Fornecimento de itens em desacordo com as especificações técnicas;
- c) Vícios de qualidade, defeitos de fabricação ou incompatibilidade dos produtos;
- d) Custos decorrentes de retrabalho, substituição ou correção de itens não conformes;
- e) Riscos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais inerentes à sua atividade.



26.5.2. Riscos atribuídos à Administração:

- a) Atraso na emissão da Ordem de Fornecimento;
- b) Atraso nos pagamentos, quando comprovadamente imputável à Administração;
- c) Alterações unilaterais nos limites legais;
- d) Suspensão temporária da execução por interesse público devidamente motivado.



	<p align="center">PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE SANTO / ESTADO DA BAHIA CNPJ nº 13.698.766/0001-33 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE / FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE CNPJ nº 11.481.390/0001-85</p>	
---	---	---

26.6. Dessa forma, foram identificados alguns principais riscos que podem comprometer o sucesso da contratação, bem como as respectivas ações de mitigação, conforme tabela abaixo:

MATRIZ DE RISCO DA CONTRATAÇÃO								
Nº	Fase	Evento de Risco	Descrição do Risco	Probabilidade	Impacto	Responsável pelo Risco	Medidas de Prevenção/ Mitigação	Tratamento (Responsabilidade)
1	Planejamento	Erro na estimativa de quantidade	Subdimensionamento ou superdimensionamento das quantidades estimadas	Baixa	<u>Baixo:</u> - Os quantitativos podem ser contratados sem obrigação de consumo	Administração	Levantamento do histórico de consumo, ETP, DFD, pesquisa de mercado	Ajustes via ARP, sem obrigação de consumo
2	Planejamento	Pesquisa de preço inadequada	Preços estimados incompatíveis com o mercado	Baixa	<u>Alto:</u>	Administração	Pesquisa com múltiplas fontes, contratos similares, PNCP	Revisão da pesquisa antes do edital
3	Licitação	Baixa competitividade	Poucos licitantes interessados	Média	<u>Médio:</u>	Administração	Parcelamento em lotes, ampla publicidade	Manutenção do certame se vantajoso
4	Licitação	Proposta inexecutável	Oferta com preço abaixo da capacidade de execução	Média	<u>Alto:</u>	Licitante	Exigência de garantia da proposta e análise de exequibilidade	Desclassificação da proposta
5	Licitação	Desistência	Licitante vencedor	Média	<u>Alto:</u>	Licitante	Exigência de	Execução da

	<p align="center">PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE SANTO / ESTADO DA BAHIA CNPJ nº 13.698.766/0001-33 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE / FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE CNPJ nº 11.481.390/0001-85</p>	
---	---	---

		do vencedor	não mantém a proposta				garantia da proposta (1%)	garantia e sanções
6	Execução	Atraso no fornecimento	Descumprimento do prazo de entrega	Média	Alto: - Prejuízo às atividades da Administração	Contratada	Definição clara de prazos e fiscalização	Aplicação de sanções e multas contratuais
7	Execução	Fornecimento em desacordo	Entrega de itens fora das especificações técnicas	Média	Alto: - Rejeição e necessidade de substituição	Contratada	Especificações claras e fiscalização	Rejeição, substituição e sanções
8	Execução	Qualidade Inferior	Peças com vício, defeito ou baixa durabilidade	Média	Alto: - Rejeição e necessidade de substituição	Contratada	Exigência de garantia e controle de qualidade	Substituição sem ônus e com ônus quando necessário
9	Execução	Falta de estoque	Indisponibilidade de itens no mercado	Média	<u>Médio:</u>	Contratada	Planejamento logístico e estoque mínimo	Aplicação de penalidades
10	Execução	Atraso no Pagamento	Pagamento não realizado no prazo legal	Baixa	<u>Médio:</u>	Administração	Planejamento orçamentário	Atualização monetária, se aplicável
11	Execução	Paralisação dos serviços públicos	Falta de peças essenciais	Baixa	<u>Alto:</u>	Compartilhado	Registro de Preços com múltiplos lotes	Acionamento de outros fornecedores
12	Execução	Variação de Preços	Oscilação de mercado que torne o preço registrado inviável.	Baixa	<u>Alto:</u> - Risco de não fornecimento	Compartilhado	Monitoramento de mercado e análise	Administração: - Revisão da ARP ou cancelamento, conforme a Lei nº

	<p align="center">PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE SANTO / ESTADO DA BAHIA CNPJ nº 13.698.766/0001-33 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE / FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE CNPJ nº 11.481.390/0001-85</p>	
---	---	---

					o		técnica	14.133/2021
13	Contratual	Desequilíbrio econômico-financeiro	Alterações imprevisíveis nos custos	Baixa	<u>Alto:</u>	Administração	Matriz de riscos clara	Reequilíbrio nos termos legais
14	Contratual	Caso fortuito ou força maior	Eventos imprevisíveis e inevitáveis	Baixa	<u>Alto:</u>	Compartilhado	Cláusula contratual específica	Suspensão ou revisão contratual
15	Contratual	Inadimplência fiscal/trabalhista	Irregularidades da contratada	Baixa	<u>Alto:</u>	Contratada	Exigência de regularidade	Rescisão, cancelamento de ata e sanções
16	Contratual	Falha na fiscalização	Omissão do fiscal/gestor. Recusa injustificada do Fiscal em atestar o recebimento.	Baixa	<u>Médio:</u>	Administração	Designação formal de gestor e fiscal	Responsabilização administrativa Intervenção do Gestor do Contrato e aplicação de medidas corretivas internas



26.7. A presente Matriz de Riscos não afasta a responsabilidade integral da contratada pelo cumprimento do objeto.

26.8. A alocação dos riscos observa o critério da melhor capacidade de gerenciamento.

26.9. A Matriz de Riscos integra o Termo de Referência e vincula a futura contratação.

26.10. Eventos caracterizados como caso fortuito ou força maior, devidamente comprovados, serão tratados conforme os artigos 124, 137 e 138 da Lei nº 14.133/2021, podendo ensejar reequilíbrio econômico-financeiro, prorrogação de prazos ou outras medidas cabíveis.

26.11. A Matriz de Riscos não afasta o dever de fiscalização da Administração nem exime a Contratada do cumprimento integral de suas obrigações legais e contratuais.

	<p align="center"> PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE SANTO / ESTADO DA BAHIA CNPJ nº 13.698.766/0001-33 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE / FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE CNPJ nº 11.481.390/0001-85 </p>	
---	---	---

27. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

27.1. A indicação da dotação orçamentária é um requisito essencial para a validade do processo licitatório e do futuro contrato, conforme o artigo 92 da Lei nº 14.133/2021.

27.2. Considerando que o presente Termo de Referência constitui documento técnico elaborado pela unidade demandante para caracterização da necessidade, definição do objeto, especificações, condições de fornecimento, critérios de execução e demais elementos técnicos da contratação, a indicação específica da classificação orçamentária será realizada pelo setor competente de contabilidade/orçamento do Município de Monte Santo/BA, mediante emissão de parecer, declaração, informação ou certidão própria de disponibilidade orçamentária.

27.3. Por se tratar de contratação processada mediante Sistema de Registro de Preços, a indicação da dotação orçamentária poderá ser exigida no momento da formalização da contratação decorrente da Ata, da emissão da Nota de Empenho, da Ordem de Fornecimento, do contrato ou do instrumento equivalente.

27.4. A Ata de Registro de Preços, por si só, não gera obrigação imediata de contratação nem empenho automático da despesa, constituindo instrumento de registro de preços para futuras aquisições conforme demanda, conveniência administrativa e disponibilidade orçamentária.



27.5. A dotação orçamentária indicada pelo setor competente deverá constar no Edital, no contrato administrativo, na Nota de Empenho, na Ordem de Fornecimento ou no instrumento equivalente, quando aplicável.

27.6. A dotação orçamentária será vinculante, obrigatória e pronta, garantindo que toda contratação seja precedida de adequada previsão orçamentária e de disponibilidade de recursos financeiros, conforme exigências legais e regulamentares.

28. PUBLICIDADE

28.1. O procedimento licitatório e a futura contratação observarão integralmente os princípios da publicidade, da transparência e do acesso à informação, nos termos do artigo 5º, inciso XXXIII, da Constituição Federal, da Lei nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação) e da Lei nº 14.133/2021.

28.2. O edital, seus anexos, avisos, resultados, adjudicação, homologação, Ata de Registro de Preços, extratos contratuais e demais atos pertinentes serão divulgados, obrigatoriamente, no Portal Nacional de Contratações

	<p align="center"> PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE SANTO / ESTADO DA BAHIA CNPJ nº 13.698.766/0001-33 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE / FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE CNPJ nº 11.481.390/0001-85 </p>	
---	---	---

Públicas – PNCP, bem como no Diário Oficial do Município, sem prejuízo de outras formas de publicação previstas em normas locais.

28.3. A publicidade dos atos administrativos tem por finalidade assegurar a ampla competitividade, o controle social, a fiscalização pelos órgãos de controle interno e externo, bem como a transparência da gestão dos recursos públicos.

28.4. A ausência de publicação em meios não exigidos por lei não invalida o procedimento, desde que atendidas as exigências legais mínimas de publicidade previstas na Lei nº 14.133/2021.

28.5. A íntegra deste Termo de Referência, bem como o respectivo Edital e seus anexos, serão divulgados no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), conforme o artigo 54 da Lei nº 14.133/2021.

28.6. Os prazos de divulgação e de disponibilização do Edital seguirão o disposto no artigo 55 da Lei nº 14.133/2021, garantindo o prazo mínimo do critério de julgamento selecionado.



29. DISPOSIÇÕES FINAIS

29.1. O presente Termo de Referência integra o instrumento convocatório e vincula todas as fases do procedimento licitatório e da futura contratação, devendo ser interpretado em consonância com o edital, seus anexos, a Ata de Registro de Preços, o contrato ou instrumento equivalente, bem como com a legislação aplicável.

29.2. Os casos omissos e as situações não expressamente previstas neste Termo de Referência serão solucionados pela Administração Pública, à luz dos princípios da legalidade, da supremacia do interesse público, da razoabilidade, da proporcionalidade, da eficiência, do planejamento, da segurança jurídica e da motivação dos atos administrativos, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

29.3. A eventual tolerância da Administração quanto a falhas formais não implicará novação, renúncia de direito ou alteração das condições estabelecidas, constituindo mera liberalidade, que não gera direito adquirido nem precedente administrativo.

29.4. As normas técnicas, especificações e exigências estabelecidas neste Termo de Referência prevalecerão sobre quaisquer divergências eventualmente existentes em documentos complementares, devendo sempre ser observada a solução mais vantajosa ao interesse público.

	<p>PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE SANTO / ESTADO DA BAHIA CNPJ nº 13.698.766/0001-33 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE / FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE CNPJ nº 11.481.390/0001-85</p>	
---	--	---

29.5. Integram o presente Termo de Referência, para todos os fins, os anexos, planilhas, especificações técnicas, matriz de riscos e demais documentos que instruem o processo administrativo da contratação.

29.6. Aplicam-se a este Termo de Referência e à futura ARP as disposições da Lei Federal nº 14.133/2021, da Lei Complementar nº 123/2006 (e suas alterações), e demais normas federais, estaduais e municipais pertinentes, inclusive as regulamentações locais do Sistema de Registro de Preços (SRP).

29.7. Qualquer alteração nas condições do Termo de Referência ou da ARP, após a homologação, deverá ser formalizada por meio de Termo Aditivo ou Apostilamento, conforme o caso, respeitadas as disposições da Lei nº 14.133/2021.

29.8. Fica eleito o Foro da Comarca de Monte Santo, Estado da Bahia, para dirimir quaisquer questões oriundas da licitação e da execução da Ata de Registro de Preços, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

Monte Santo – Bahia, 11 de maio de 2025.

Monalisa Batista Rocha Peixinho

Secretária Municipal de Saúde

Decreto nº 659/2023